

CADERNO II

PLANO DE AÇÃO

Índice

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS -----	4
1.1 Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro --	4
1.2 Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios -----	5
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEL, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS -----	22
2.1. Mapa de Combustíveis Florestais -----	22
2.2. Cartografia de Risco-----	24
2.2.1. Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal-----	24
2.2.2. Mapa de Risco de Incêndio Florestal -----	26
2.2.3. Mapa de Prioridades de Defesa-----	27
3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI-----	30
4. EIXOS ESTRATÉGICOS -----	43
4.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO -----	43
AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS -----	43
4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios -----	43
4.1.1.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis---	43
4.1.1.2. Rede Viária Florestal -----	50
4.1.1.3. Rede de Pontos de Água -----	70
4.1.1.4. Silvicultura no âmbito de DFCI -----	73
4.1.2. Planeamento das ações-----	73
4.1.2.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis---	73
4.1.2.2. Rede de FGC e MPGC -----	80
Regras de Edificação -----	91
4.1.2.3 – RVF -----	93
4.1.3. Metas e Indicadores, Estimativas de Orçamento e Responsabilidades -----	98
4.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO -----	115
REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS -----	115
4.2.1. Avaliação -----	115
4.2.1.1 Comportamentos de Risco-----	115
4.2.2.1 Fiscalização-----	117
4.2.2. Planeamento das ações do 2 Eixo Estratégico -----	117
4.2.2.1. Sensibilização da População -----	117
4.2.2.2. Fiscalização -----	120

4.2.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento da Sensibilização e Fiscalização	120
4.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO	124
MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS	124
4.3.1. Avaliação	124
4.3.1.1. Vigilância e Detecção	125
4.3.1.2. 1ª Intervenção	127
4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio	129
4.3.2. Planeamento das Ações	130
4.3.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento	130
4.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO	132
RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS	132
4.4.1. Avaliação	132
4.4.1.1. Estabilização de Emergência	132
4.4.1.2. Reabilitação de povoamentos e habitats Florestais	132
4.4.2. Planeamento	133
4.4.2.1 Estabilização de Emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats	133
4.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO	136
ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ	136
3.5.1 Avaliação	136
3.5.1.1 Formação	136
3.5.2 Planeamento das Ações	136
3.5.2.1 Organização SDFCI	136

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A elaboração do PMDFCI deve ter em atenção os diversos planos, de abrangência nacional e regional. Ao nível dos planos de âmbito nacional, o planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios desenvolve as orientações nacionais consequentes do planeamento nacional em matéria florestal emanadas da Estratégia Florestal Nacional, do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

A estratégia regional de defesa da floresta contra incêndios é elaborada de acordo com os instrumentos nacionais que foram já enunciados desenvolvendo-se nos planos regionais de ordenamento florestal (PROF), que no caso da área em questão é o PROF Douro, em outros planos sectoriais e, complementarmente, nos outros instrumentos de gestão territorial de nível regional como os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT).

1.1 Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro

O concelho de Tabuaço encontra-se abrangido no PROF do Douro, por duas sub-regiões homogéneas: Douro e Beira Douro.

O PROF do Douro, com entrada em vigor no dia 23 de Janeiro de 2007 (art.º 4.º do Decreto Regulamentar n.º4/2007 de 22 de Janeiro), compreende orientações estratégicas para o sector florestal regional, que vinculam diretamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projetos a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados (art.º6.º do mesmo decreto), com implicações ao nível da elaboração e execução dos PMDFCI.

O PROF do Douro tem um prazo de vigência de 20 anos (art.º 50.º) e pode ser sujeito a alterações periódicas de cinco em cinco anos, baseado nos relatórios anuais de acompanhamento ou sempre que ocorra qualquer facto relevante (art.º 51.º).

Implicações para o PMDFCI

Quadro Resumo das Implicações para o PMDFCI

	Art.º	Implicação
Corredores Ecológicos	n.º4 do art.10.º	Os corredores ecológicos devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RRDFCI).
Zonas Críticas	45.º	O planeamento das zonas críticas e a aplicação das medidas definidas nos artigos 43.º e 44.ºdevem estar concluídas num prazo de 2 anos, reflectindo-se no programa de acção do PMDFCI.
Gestão de Combustíveis	46.º	Define conjunto de medidas a aplicar na gestão de combustíveis, com implicações para o programa de acção referente à silvicultura preventiva.
RRDFCI	47.º	Define as componentes da RRDFCI e competência das diferentes entidades. Declaração de utilidade pública.
Depósitos de Madeiras e Outros Produtos Inflamáveis	48.º	Condiciona o depósito de madeiras e outros produtos inflamáveis nas redes de faixas e nos mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis.
Edificações	49.º	Condiciona a classificação, qualificação e reclassificação do solo mediante a classificação do risco de incêndio dos PMDFCI. Interdita a edificação em áreas classificadas de risco de incêndio elevado ou muito elevado.

1.2 Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, da competência da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios pretende ser um instrumento orientador das diferentes acções, políticas e orientações das diversas entidades que compõem a CMDFCI.

Tendo em vista a prevenção e combate dos incêndios florestais torna-se necessário um trabalho urgente de planeamento e ordenamento da floresta pelo que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios constituirá uma base de trabalho e auxílio importante para se atingir esse desiderato.

O PMDFCI deve encontrar-se enquadrado nas políticas para o sector definidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), no Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI) e ainda ter em conta os Planos Municipais de Defesa da

Floresta Contra Incêndios dos Concelhos Limítrofes e Orientações Estratégicas para a Recuperação das áreas ardidas.

Sendo assim de seguida apresentam-se os Eixos estratégicos apontados pelo PNDFCI:

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.				
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais	Adopção do modelo ZIF como referência para a introdução de princípios e estratégias de defesa da floresta contra incêndios, canalizando para esta acção os recursos financeiros existentes.	Mais de 50 mil hectares por ano 500 mil hectares em 2012	ICNF + OPF's.
	Definir as prioridades de planeamento e execução das infra-estruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a acção das CMDFCI. Apoiar a actividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	As CMDFCI reúnem 4 vezes por ano, acompanhando a operacionalização, execução do respectivo PMDFCI. Até ao termo de 2006 todas as CMDFCI adoptaram o quadro de indicadores municipais	Autarquias + ICNF
		Apoiar a actividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	Avaliação do desempenho dos GTF em 2006. DGRF estabelece, em 2006, uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDFCI. Pretende-se que em 2006, 184 Municípios disponham de PMDFCI em fase de implementação; em 2009, 216; em 2012 o sistema esteja em funcionamento pleno em 278 Municípios.	ICNF + CMDFCI + GTF
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de protecção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios	As Autarquias realizem integralmente a meta anualmente prevista nos PMDFCI.	Autarquias

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de protecção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.	Entidades gestoras + Autarquias
		Fiscalizar a criação de faixas exteriores de protecção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações), e acumulações ilegais de detritos	Todos os anos, até ao termo do 1º semestre, todas as situações de maior risco são identificadas, e notificados os respectivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação.	GNR
	Implementar programa de redução de combustíveis	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais	Em 2006, a rede primária é delineada para 20% do território; em 2009, para 60% e em 2012 está concluída. Para a instalação prevê-se uma execução de 1.5 mil hectares em 2006; 10 mil até 2009 e 25 mil hectares no fim de 2012	CMDFCI + GTF + DGRF
		Desenvolver um programa de fogo controlado em acções preventivas, reduzindo os factores que favorecem a propagação dos incêndios.	Formação e credenciação até 2012 de 20 técnicos por ano e capacitação até àquele ano de 80% das Equipas de Sapadores Florestais na utilização desta técnica.	ICNF+ OPF

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Condicionar trabalhos/acessos a áreas florestais durante o período crítico	Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio	As CMDFCI acompanham o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito do POM	CMDFCI
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios <i>- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das actividades que têm por objectivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que actua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.</i>				
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população	Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.	Anualmente as CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolvem estas acções.	CMDFCI
	Sensibilização e educação escolar	Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental, e recuperar para esta área iniciativas como a da "Ciência Viva	Todos os Municípios das áreas de mais elevado risco de incêndio têm em sede de CMDFCI acções programadas e executadas e procedem à respectiva avaliação.	MAMAOT+ MEMCTES + MAI + MAOTDR
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização	Coordenação das acções de vigilância, detecção e fiscalização pela GNR/ SEPNA	A partir de 2006 a GNR como entidade coordenadora enquadra estas acções nas CMDFCI e define estratégia de actuação ao nível municipal. Anualmente apresenta relatório de progresso	GNR/SEPNA

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. <i>- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.</i>				
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal.	Assumir a responsabilidade pela coordenação das acções de prevenção relativa à vertente vigilância, detecção e fiscalização.	Anualmente, em sede de CMDFCI, o SEPNA/GNR integra as acções de todos os agentes envolvidos no sistema de vigilância e detecção previstas no PMDFCI	GNR
		Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestas e das Brigadas Móveis de Vigilância (AGRIIS).	Redefinir missão e objectivos do Programa com integração nos sistemas Municipais de prevenção e 1ª intervenção no novo enquadramento legislativo.	ICNF + OPF + CMDFCI
			No final do 1º semestre de 2006 as actividades das equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção e acompanhadas por técnicos da DGRF.	ICNF + OPF + CMDFCI
		Participar através das Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) dos CB nas acções de vigilância e detecção	A partir de 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	SNBPC
		Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDFCI, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projectos comuns de protecção colectiva.	Anualmente, e durante 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de protecção colectiva a integrar no sistema de vigilância e detecção Municipal e Distrital.	CMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal.	Melhorar o desempenho das Brigadas Móveis de vigilância.	Em 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	CMDFCI + ICNF
			Os Gabinetes Técnicos Florestais, ou na sua ausência a DGRF, recolhe informação trimestral da respectiva actividade.	GTF + ICNF
		Coordenação de todas as acções de vigilância e detecção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal.	A partir de 2006: – Implementar a vigilância fixa; – Implementar a vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa (Forças Armadas, da GNR, da Câmara Municipal, dos Bombeiros e das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais).	SEPNA/GNR + CMDFCI + GTF + ICNF
			– A partir de 2006 melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.	SEPNA/GNR + CMDFCI + ICNF
		Acompanhar, permanente, em sede própria, os resultados das acções de detecção ao nível Municipal, Distrital e Nacional.	– No 1º trimestre de cada ano, implementação de medidas e de projecto municipal de protecção colectiva, a integrar no sistema de vigilância e detecção Municipal e Distrital; – No 4º trimestre de cada ano, a avaliação do modelo e a incorporação dos eventuais ajustamentos, face à experiência do ano anterior	SEPNA/GNR + CMDFCI + CMOS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Integrar a vigilância móvel de cariz Distrital ou Nacional	Prever a integração da vigilância aérea armada nos dias em que o Índice de Risco e os meios aéreos disponíveis o aconselhe.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, a DGRF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO.	CMDFCI
		Na elaboração dos PMDFCI/POM, integrar a actuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais da DGRF e do ICN, das Equipas da AFOLCELCA, das Equipas do SEPNA e do GPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as actividades dos recursos humanos e dos meios no município;	CMDFCI
	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Dar continuidade a projectos comuns de protecção colectiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e detecção.	Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.	SNBPC + ICNF + FA + GNR + ICN
			Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª Intervenção ao nível municipal.	CMDFCI
			Anualmente, promover a distribuição de material específico para auto-protecção das populações.	CMDFCI
			No 1º Trimestre do ano promover acções de formação (1ª Intervenção)	SNBPC+ ICNF +OPF
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	Estruturar o nível Distrital de 1ª Intervenção	Desenvolver um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª Intervenção.	Garantir a articulação das comunicações entre as várias estruturas.	CMDFCI + GNR + SNBPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Levantamento dos recursos (materiais e efectivos mobilizáveis) existentes em cada Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do respectivo Município.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes no município.	SMPC + CB
		Articulação coordenada dos meios de combate do seu município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças.	A partir de 2006, em articulação e sob as orientações do CDOS, no âmbito das suas competências, implementa uma política de formação contínua e de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município.	SMPC + CB + ENB + CDOS
			Incentiva a utilização dos vários métodos e técnicas de extinção.	CDOS+ ENB + CB + SMPC
			Formação nos CB de meios humanos especializados, integrados em Grupos ou Equipas, especialmente vocacionados para o combate a IF.	CDOS + CB+ ENB + SMPC
		Qualificar os quadros de Comando e Chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo Operacional.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades, calendariza as actividades de forma a serem integradas no plano de formação de elementos de comando de nível Distrital e/ou Nacional.	CDOS + CB + ENB + CNOS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tractores e buldózer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.	SMPC + CMDFCI
		O conhecimento e o enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	A partir de 2006, todas estas Equipas/Brigadas farão parte do dispositivo municipal de de apoio ao combate aos incêndios florestais, operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.	ICNF + OPF's + OB + SMPC + CDOS + CMDFCI
		Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários.	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do seu Município.	CMDFCI + GTF + SMPC + CDOS
			Anualmente, planejar a tática de combate mais adequada à defesa do município através da realização de exercícios conjuntos com base nessas áreas e cenários hipotéticos.	CMDFCI + GTF + SMPC + CDOS + SMPC
		Balancear o accionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Anualmente, desenvolver uma política de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município, privilegiando os aspectos da coordenação entre os vários agentes.	SMPC + CDOS + CB + SMPC + CMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Articular os meios e a rede rádio da estrutura de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adoptar.	Anualmente, implementar uma política de exercícios conjuntos para operacionalizar medidas e procedimentos no âmbito das comunicações, analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução.	SMPC + CDOS + CB
		Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	Anualmente: - fazer o levantamento dos meios disponíveis na área do Município; - planejar a manobra logística mais adequada ao Município; - elaborar exercícios para validação do planeamento logístico.	SMPC + CMDFCI + CDOS
	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Distrital. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal.	Anualmente: - fazer a avaliação dos meios dos municípios e risco associado; - elaborar planos de contingência; - promover a realização de exercícios conjuntos para articulação de meios ao nível Distrital; - promover uma atitude de colaboração intermunicipal.	CDOS + SMPC
		Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, os Planos da Operacionais Municipais (POM) elaborados ao nível do Concelho.	A partir de 2006, até ao final de cada ano, implementar as medidas necessárias à prossecução deste desiderato.	CDOS + SMPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.	Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo.	Empregar as Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais	Anualmente: - elaborar o levantamento das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais existentes no respectivo Distrito; - Implementar modelos de actuação nas operações de rescaldo.	SMPC + CDOS + CMDFCI + GTF + ICNF + OPF's + OB
		Utilizar as máquinas de rasto	Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.	SMPC + CDOS + CMDFCI
		Implementar por parte das autarquias medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projectos comuns de protecção colectiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas acções.	A partir de 2006: - incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia; - a formação e sensibilização; - distribuição de material específico para o efeito.	SMPC + CDOS + CMDFCI + JUNTAS DE FREGUESIA
	Garantir a correcta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar, a partir de 2006, as acções da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC + CDOS + CNOS + SNBPC
			Anualmente, validar a formação junto dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC + CDOS + CNOS + SNBPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria das Infraestruturas e logística de suporte à DFCI	Organizar uma Estrutura Nacional de Apoio Logístico, assente nas estruturas Municipais e Distritais, pensada e articulada não só para fazer face às situações de socorro e combate aos incêndios florestais mas também constituir uma base sustentada de uma primeira célula de primeira resposta a situações de emergência.	Criar uma adequada estrutura logística de suporte às acções de supressão.	Até 2007, estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às acções de supressão.	SNBPC + CNOS + CDOS + SMPC
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas				
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu.	Execução de acções imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios	ICNF INAG ICN IPPAR IES ANEFA OPF
		Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afectadas	Avaliação e monitorização das acções. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF IES GTF

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF IES GTF
5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. <i>- Assente no pressuposto que para a protecção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e protecção e socorro. O nível Distrital, constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.</i>				
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as acções e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Estabelecer a tão necessária relação de proximidade entre os níveis Nacional, Distrital e Municipal.		MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS
		Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.		MAI + MAMAOT + CÂMARAS MUNICIPAIS
		Implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível Nacional, Distrital e Municipal.		MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as acções e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Descentralizar a formação de âmbito regional, apoiando-se nos Centros de Formação já existentes, implementar modelos de formação contínua nos CB com vista a incentivar o uso de novos métodos e técnicas de combate em incêndios florestais, de que se destaca como medidas privilegiadas as técnicas de sapador e contra-fogo.		SNBPC + CNOS + SMPC + CDOS + ENB
		Integrar os PDFCI, elaborados ao nível do Concelho (Estrutura Municipal), numa óptica Distrital, e Nacional, sem prejuízo da necessária articulação, consolidação (através da implementação de exercícios de âmbito Municipal, Distrital e Nacional) e consequente adaptação aos três níveis.		MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Ao nível Municipal, organizar o Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	Ao nível municipal, monitorizar as operações de socorro e assistência, e, garantir o necessário apoio técnico e logístico.	A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes acções. Anualmente, as CMDFCI devem assentar a sua actividade da vigilância, detecção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal. Os SMPC deverão garantir, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência e consequentemente da actividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.		CÂMARAS MUNICIPAIS

Quadro das Entidades Envolvidas no PMDFCI

Entidades Envolvidas	
CMDFCI	Comissão Municipal da Floresta Contra Incêndios
GTF	Gabinete Técnico Florestal
Autarquia	Município de Tabuaço
SMPC	Serviço Municipal de Protecção Civil
Juntas de Freguesia	Juntas de Freguesia do Concelho
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
GNR	Guarda Nacional Republicana
SEPNA	Serviço da Protecção da Natureza e do Ambiente
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
ENB	Escola Nacional de Bombeiros
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CDOS	Centro Distrital de Operações de Socorro
CB	Corpo de Bombeiros
CMOS	Comando Municipal de Operações de Socorro
MAMAOT	Ministério da Agricultura, do Mar e Ordenamento do Território
ME	Ministério da Educação
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MAI	Ministério da Administração Interna
INAG	Instituto Nacional da Água
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
IES	Instituto de Exercício e Saúde
ANEFA	Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
Entidades Gestoras	Entidades Gestoras
OPF	Organizações de Produtores Florestais

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEL, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

2.1. Mapa de Combustíveis Florestais

A Carta dos Combustíveis Florestais é uma importante ferramenta de apoio ao planeamento, prevenção e combate aos incêndios florestais. A elaboração desta carta assenta na comparação das diferentes comunidades vegetais para os caracterizar sistematicamente relativamente à sua inflamabilidade, combustibilidade e carga de combustível que são as características que mais influenciam o fogo:

Carga de combustível

A carga de combustível esta relacionada com a quantidade de material disponível para a combustão. Dos quatro estratos de vegetação (arbóreo, arbustivo, herbáceo e folhada), os três últimos são os que contribuem directamente para a carga de combustível. O estrato arbóreo contribui indirectamente com a folhada do solo e as raízes. A carga de combustível e a sua distribuição espacial, traduzido no grau de continuidade vertical e horizontal, são as características do combustível que influenciam o comportamento do fogo.

Combustibilidade

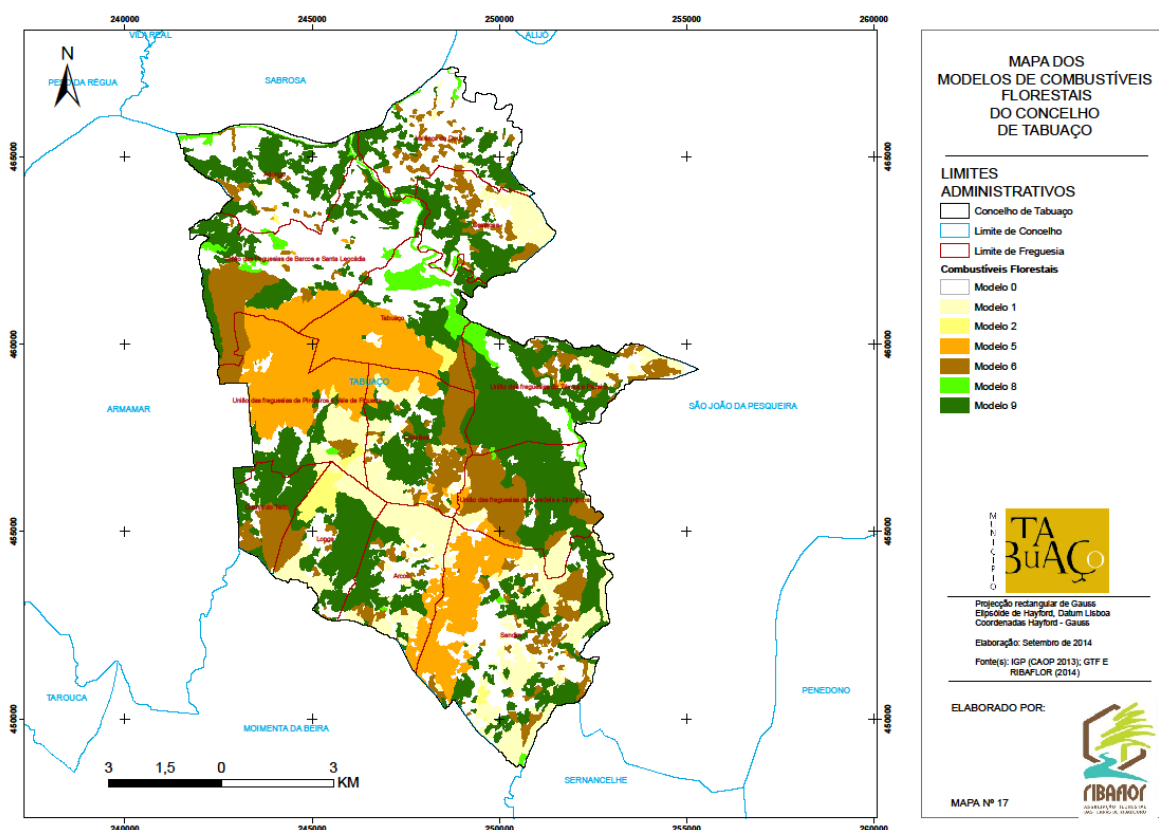
A combustibilidade traduz-se na facilidade de propagação da combustão e esta relacionada com o arranjo espacial dos combustíveis associado a uma determinada formação vegetal. É estabelecida através do tempo que uma formação vegetal demora a arder.

Inflamabilidade

A inflamabilidade de um combustível e um parâmetro que quantifica a facilidade com que o mesmo entra em ignição. A sua inflamabilidade esta relacionada com o seu teor de humidade, com a presença de substâncias voláteis, nomeadamente resinas e óleos essenciais. Esta característica depende directamente da espécie vegetal considerada. É variável ao longo do ano e para as diferentes partes que constituem a planta. Outro parâmetro a considerar é o do poder calorífico, ou seja, a quantidade de calor libertada pela combustão de um determinado material. Tanto para a inflamabilidade como para o poder

calorífico, interessa considerar os materiais finos tais como as folhas e os ramos, já que é sobretudo este tipo de combustível que irá influenciar o comportamento do fogo.

Com base nos conceitos descritos anteriormente adotou-se a metodologia apresentada pela ICNF no guia metodológico para a elaboração de PMDFCI, tendo-se procedido as classificações tendo como base a informação obtida a partir da carta de ocupação do solo e validação no terreno. A classificação aconselhada tem como referencia a criada pela Northern Forest Fire Laboratory (NFFL) tendo sido ajustada ao caso português por Fernandes, P. Estes modelos assentam na caracterização das estruturas do estrato de porte arbustivo e não no tipo de espécies florestais existentes, como é possível verificar no exemplo dado para a chave de identificação de modelos apresentado nesse mesmo guia.



Como se pode ver pelo Mapa atrás apresentado, o Modelo 0, do qual fazem parte os espaços agrícolas, as áreas sociais, improdutivos e superfícies com água, com valor nulo que não influenciam a carga de combustível disponível para os incêndios florestais, distribui-se uniforme e abundantemente nas áreas Norte junto ao Douro, bem como na União de freguesias de Távora e Pereiro e na parte central das freguesias de Longa, Arcos e Sendim.

Nestas áreas, registam-se manchas relativas a outros modelos de combustível perfeitamente compartimentadas pelas anteriores quebrando a continuidade e diminuindo o risco. De entre estas manchas destacam-se as de maior dimensão e que dizem respeito aos Modelos 5 e 9. Pode concluir-se que são áreas pouco problemáticas ao nível dos Incêndios florestais o que vem de encontro à análise feita no Caderno I.

Nas restantes áreas verifica-se a predominância dos Modelos 1, 2, 6 e 8. Sendo assim, e de acordo também com todo o histórico ao nível dos Incêndios, as áreas centro e sul são as mais problemáticas porque apresentam uma grande continuidade de combustível que, embora pertencente a diferentes modelos com velocidades de propagação e intensidades de fogo, podem originar situações complicadas devido a condições bastante dispare de comportamento do fogo.

Encontram-se conjugadas certas condições que propiciam a propagação rápida de incêndios a partir de zonas com intensidades de fogo mais baixas, para zonas que podem atingir intensidades mais elevadas pelo que, é necessário estabelecer um planeamento de compartimentação e implementação de faixas de protecção nas zonas mais críticas e que apresentem maior importância.

2.2. Cartografia de Risco

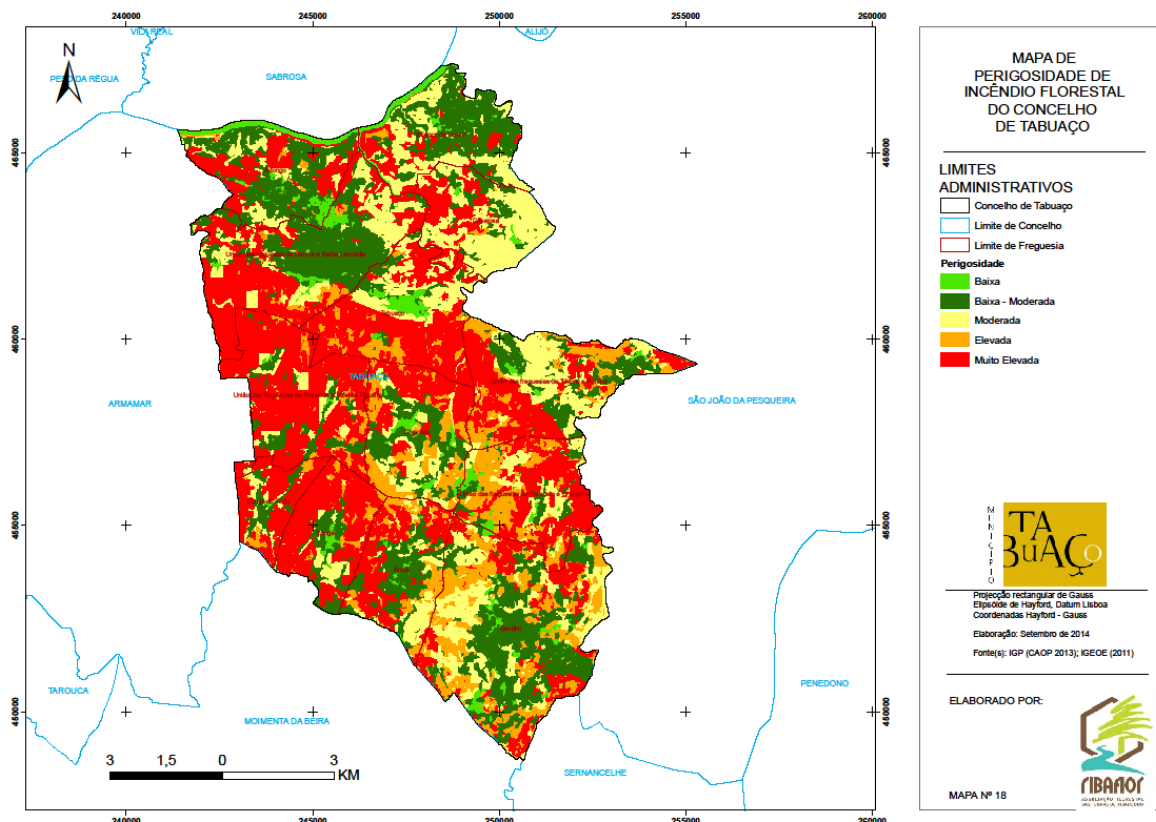
2.2.1. Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal

O mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal, resulta da combinação da probabilidade com a susceptibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno. Permite responder à questão “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção.

O Mapa de Perigosidade foi elaborado com recurso à metodologia SCRIF do IGEO. A orografia é avaliada pelos declives e exposições; a ocupação do solo é avaliada pelo uso (COS 2007), pela rede viária e pela rede hidrográfica; a demografia é avaliada pela distribuição da população; e as infra-estruturas são avaliadas através da visibilidade dos postos de vigia.

Através do Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal pode verificar-se que as zonas do concelho de Tabuaço que maior perigosidade apresentam, nas classes Muito Elevada e

Elevada, coincidem com as de maior altitude e com a predominância do espaço florestal (matos e povoamentos). São também as mais abundantes.



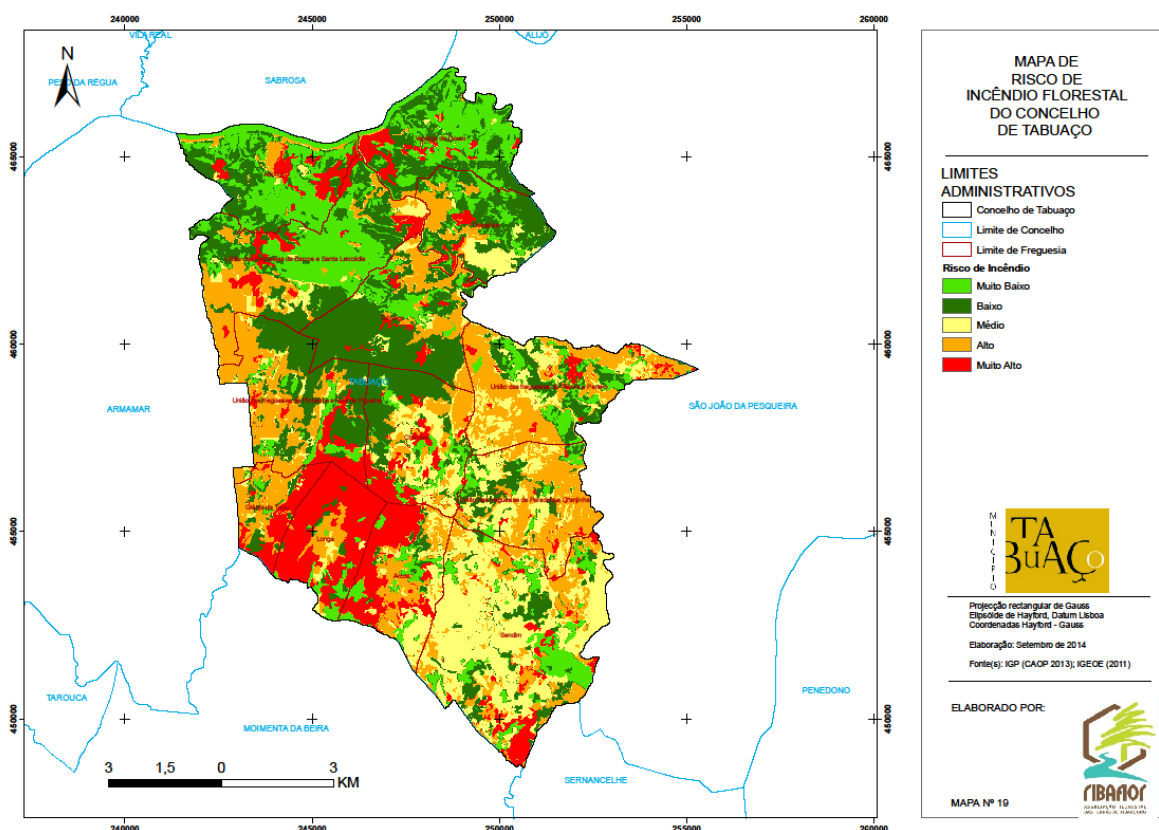
Verifica-se ainda existir alguma relação entre as áreas de perigosidade mais elevada e o relevo nomeadamente com as zonas de maior declive. No caso da parte Norte do concelho esta situação é atenuada devido à compartimentação que existe com as áreas de agricultura.

As zonas centro e Sul do concelho são, assim, as que apresentam a maior perigosidade o que vem de encontro ao descrito atrás na análise ao mapa de combustíveis havendo coincidência dessas áreas com as manchas dos combustíveis 5 e 9.

2.2.2. Mapa de Risco de Incêndio Florestal

O mapa de risco de Incêndio Florestal, resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor económico) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.

O mapa de risco de Incêndio que a seguir se apresenta foi construído de modo a combinar as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) indicando, assim, qual o potencial em perda face aos incêndios florestais que hipoteticamente se venham a registar.



Como se pode observar pelo mapa apresentado as zonas de Risco Alto e Muito Alto para o concelho de Tabuaço apresentam-se distribuídas de uma forma relativamente homogénea

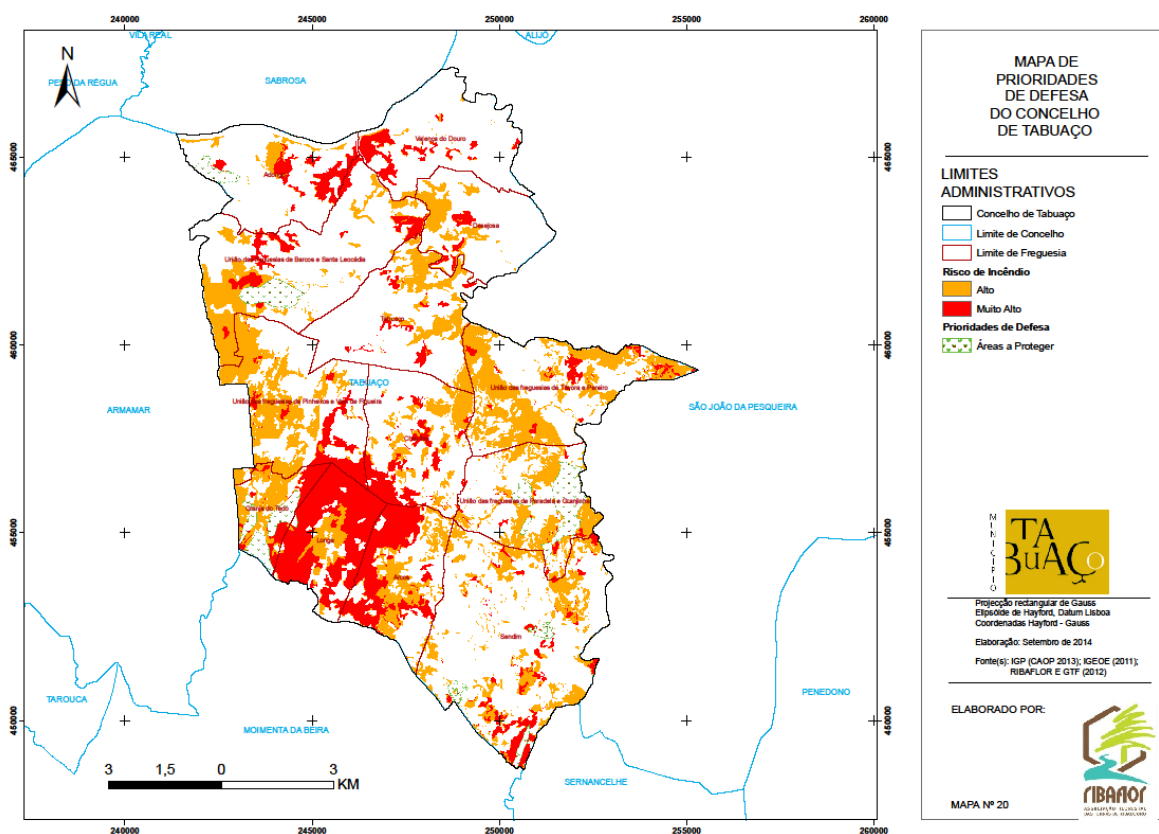
na área centro e sul do concelho, destacando-se a classe de risco muito alto com mais intensidade nas freguesias de Granja do Têdo, Longa e Arcos. As restantes áreas de risco muito alto não apresentam uma grande extensão e encontram-se compartimentadas pelas restantes manchas de mais baixa perigosidade. O risco alto concentra-se mais no centro ocidental e oriental do concelho.

As zonas de risco médio têm mais representatividade na zona sul do concelho. Efectuando uma comparação com o mapa de perigosidade verifica-se existir alguma coincidência entre estas zonas e as zonas de perigosidade Baixa- Moderada a Moderada devido às variáveis que foram introduzidas no cálculo do risco como a vulnerabilidade e o valor económico.

As classes de Risco Baixo e Muito baixo encontram-se espalhadas por todo o concelho, exercendo uma compartimentação das zonas de risco superior, mas concentram-se essencialmente nas zonas Norte e Centro do concelho.

2.2.3. Mapa de Prioridades de Defesa

O mapa de prioridades de defesa tem como objetivo a identificação dos elementos que interessa proteger, através da representação das manchas de risco de incêndio florestal alto e muito alto sobre as quais se desenham os elementos prioritários, como pontos ou polígonos conforme a sua natureza.



No mapa podemos observar as prioridades de defesa estabelecidas actualmente para o concelho onde figuram essencialmente, nas áreas a proteger, as áreas florestais.

Estas áreas ainda não se encontram perfeitamente individualizadas pelo que, e de acordo com o 4º eixo estratégico, se procederá ao seu correcto levantamento de modo a salvaguardar, de uma forma mais eficaz, as manchas de espécies de interesse publico que existem tais como sobreiro, azinheira.

Sabe-se da existência, essencialmente na freguesia de Sendim, de inúmeras novas plantações levadas a cabo pela Associação Agro-Florestal de Sendim, mas ainda não foi possível obter a cartografia respectiva.

Figuram ainda neste mapa as manchas de risco Alto e Muito alto pelo potencial de perda que representam.

Relativamente à Tipologia dos Concelhos, esta resulta da tipificação definida pelo ICNF com base no nº de ocorrência e área ardida de cada Concelho, para distinguir os grandes tipos de problemas / Soluções associados a incidência de incêndios. Deste modo os concelhos do território continental foram divididos em 4 tipos:

- Poucas ocorrências:
 - pouca área ardida T1
 - muita área ardida T2
- Muitas ocorrências:
 - pouca área ardida T3
 - muita área ardida T4

Com base no diagnóstico do caderno I, o concelho de Tabuaço enquadra-se na tipologia T2.

3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.				
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Definir as prioridades de planeamento e execução das infra-estruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a acção das CMDFCI.	As CMDFCI reúnem 4 vezes por ano, acompanhando a operacionalização, execução do respectivo PMDFCI.	Autarquia+ ICNF
		Apoiar a actividade do Gabinete Técnico Florestal	Avaliação do desempenho do GTF anualmente O ICNF mantém uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDFCI. Funcionamento pleno da CMDFCI anualmente.	ICNF + CMDFCI + GTF
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de protecção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios	A Autarquia realiza integralmente a meta anualmente prevista no PMDFCI.	Autarquia

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de protecção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.	Entidades gestoras + Autarquia
	Implementar programa de redução de combustíveis	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais	Manutenção das faixas da Rede Primária e Secundária já executadas até 2014 e execução das restantes.	CMDFCI + GTF + ICNF
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Condicionar trabalhos/acessos a áreas florestais durante o período crítico	Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio	As CMDFCI acompanham o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito do POM	CMDFCI
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios <i>- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das actividades que têm por objectivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que actua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.</i>				
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população	Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.	Anualmente as CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolvem estas acções.	CMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. <i>- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.</i>				
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal.	Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestas	A Equipe de Sapadores estão incluídas operacionalmente no sistema municipal de prevenção e 1ª intervenção	ICNF + OPF + CMDFCI
			O GTF recolhe informação trimestral da respetiva atividade.	ICNF + OPF + CMDFCI
		Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDFCI, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projectos comuns de protecção colectiva.	Anualmente, e durante 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de protecção colectiva a integrar no sistema de vigilância e detecção Municipal e Distrital.	CMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal.	Coordenação de todas as acções de vigilância e detecção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal.	Manutenção anual da: – Vigilância fixa; – Vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa (Forças Armadas, da GNR, da Câmara Municipal, dos Bombeiros e da Equipa de Sapadores Florestais).	SEPNA/GNR + CMDFCI + GTF + ICNF
			Melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.	SEPNA/GNR + CMDFCI + ICNF
		Acompanhar, permanente, em sede própria, os resultados das acções de detecção ao nível Municipal, Distrital e Nacional.	– No 1º trimestre de cada ano, implementação de medidas e de projecto municipal de protecção colectiva, a integrar no sistema de vigilância e detecção Municipal e Distrital; – No 4º trimestre de cada ano, a avaliação do modelo e a incorporação dos eventuais ajustamentos, face à experiência do ano anterior	SEPNA/GNR + CMDFCI +CMOS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Integrar a vigilância móvel de cariz Distrital ou Nacional	Prever a integração da vigilância aérea armada nos dias em que o Índice de Risco e os meios aéreos disponíveis o aconselhe.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, o ICNF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO.	CMDFCI
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Na elaboração dos PMDFCI/POM, integrar a actuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais, das Equipas do SEPNA e do GIPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, o ICNF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO. Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as actividades dos recursos humanos e dos meios no município;	CMDFCI
			Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.	SNBPC + ICNF + FA + GNR + ICN
			Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª Intervenção ao nível municipal.	CMDFCI
		Dar continuidade a projectos comuns de protecção colectiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e detecção.	Anualmente, promover a distribuição de material específico para auto-protecção das populações.	CMDFCI
			No 1º Trimestre do ano promover acções de formação (1ª Intervenção)	SNBPC+ ICNF +OPF
	Estruturar o nível Distrital de 1ª Intervenção	Desenvolver um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª Intervenção.	Garantir a articulação das comunicações entre as várias estruturas.	CMDFCI + GNR + SNBPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Levantamento dos recursos (materiais e efectivos mobilizáveis) existentes em cada Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do respectivo Município.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes no município.	SMPC + CB
		Articulação coordenada dos meios de combate do seu município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças.	Articulação e sob as orientações do CDOS, no âmbito das suas competências, implementa uma política de formação contínua e de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do Município.	SMPC + CB + ENB + CDOS
			Incentiva a utilização dos vários métodos e técnicas de extinção.	CDOS+ ENB + CB + SMPC
			Formação nos CB de meios humanos especializados, integrados em Grupos ou Equipas, especialmente vocacionados para o combate a IF.	CDOS + CB+ ENB + SMPC
		Qualificar os quadros de Comando e Chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo Operacional.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades, calendariza as actividades de forma a serem integradas no plano de formação de elementos de comando de nível Distrital e/ou Nacional.	CDOS + CB + ENB + CNOS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tractores e buldózer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.	SMPC + CMDFCI
		O conhecimento e o enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	Todas as Equipas/Brigadas fazem parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos incêndios florestais, operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.	ICNF + OPF's + OB + SMPC + CDOS + CMDFCI
		Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários.	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do Município.	CMDFCI + GTF + SMPC + CDOS
			Anualmente, planear a tática de combate mais adequada à defesa do município através da realização de exercícios conjuntos com base nessas áreas e cenários hipotéticos.	CMDFCI + GTF + SMPC + CDOS + SMPC
		Balancear o acionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Anualmente, desenvolver uma política de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do Município, privilegiando os aspectos da coordenação entre os vários agentes.	SMPC + CDOS + CB + SMPC + CMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Articular os meios e a rede rádio da estrutura de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adoptar.	Anualmente, implementar uma política de exercícios conjuntos para operacionalizar medidas e procedimentos no âmbito das comunicações, analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução.	SMPC + CDOS + CB
		Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	Anualmente: - fazer o levantamento dos meios disponíveis na área do Município; - planear a manobra logística mais adequada ao Município; - elaborar exercícios para validação do planeamento logístico.	SMPC + CMDFCI + CDOS
	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Distrital. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal.	Anualmente: - fazer a avaliação dos meios dos municípios e risco associado; - elaborar planos de contingência; - promover a realização de exercícios conjuntos para articulação de meios ao nível Distrital; - promover uma atitude de colaboração intermunicipal.	CDOS + SMPC
		Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, os Planos da Operacionais Municipais (POM) elaborados ao nível do Concelho.	Até ao final de cada ano, implementar as medidas necessárias à prossecução deste desiderato.	CDOS + SMPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.	Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo.	Empregar as Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais	Anualmente: - elaborar o levantamento das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais existentes no respectivo Distrito; - Implementar modelos de actuação nas operações de rescaldo.	SMPC + CDOS + CMDFCI + GTF + ICNF + OPF's + OB
		Utilizar as máquinas de rasto	Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.	SMPC + CDOS + CMDFCI
		Implementar por parte das autarquias medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projectos comuns de protecção colectiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas acções.	Incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia; Formação e sensibilização; distribuição de material específico para o efeito.	SMPC + CDOS + CMDFCI + JUNTAS DE FREGUESIA
	Garantir a correcta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar, as acções da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC + CDOS + CNOS + SNBPC
			Anualmente, validar a formação junto dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC + CDOS + CNOS + SNBPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria das Infraestruturas e logística de suporte à DFCI	Organizar uma Estrutura Nacional de Apoio Logístico, assente nas estruturas Municipais e Distritais, pensada e articulada não só para fazer face às situações de socorro e combate aos incêndios florestais mas também constituir uma base sustentada de uma primeira célula de primeira resposta a situações de emergência.	Criar uma adequada estrutura logística de suporte às acções de supressão.	Até 2007, estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às acções de supressão.	SNBPC + CNOS + CDOS + SMPC
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas				
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu.	Execução de acções imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios	ICNF INAG ICN IPPAR IES ANEFA OPF
		Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afectadas	Avaliação e monitorização das acções. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF IES GTF

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF IES GTF
5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. - Assente no pressuposto que para a protecção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e protecção e socorro. O nível Distrital, constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.				
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as acções e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Estabelecer a tão necessária relação de proximidade entre os níveis Nacional, Distrital e Municipal.	Articulação de meios.	MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS
		Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.	Articulação de meios.	MAI + MAMAOT + CÂMARAS MUNICIPAIS
		Implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível Nacional, Distrital e Municipal.	Articulação de meios.	MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as acções e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Descentralizar a formação de âmbito regional, apoiando-se nos Centros de Formação já existentes, implementar modelos de formação contínua nos CB com vista a incentivar o uso de novos métodos e técnicas de combate em incêndios florestais, de que se destaca como medidas privilegiadas as técnicas de sapador e contra-fogo.	Articulação de meios.	SNBPC + CNOS + SMPC + CDOS + ENB
		Integrar os PDFCI, elaborados ao nível do Concelho (Estrutura Municipal), numa óptica Distrital, e Nacional, sem prejuízo da necessária articulação, consolidação (através da implementação de exercícios de âmbito Municipal, Distrital e Nacional) e consequente adaptação aos três níveis.	Articulação de meios.	MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Ao nível Municipal, organizar o Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	Ao nível municipal, monitorizar as operações de socorro e assistência, e, garantir o necessário apoio técnico e logístico.	A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes acções. Anualmente, as CMDFCI devem assentar a sua actividade da vigilância, detecção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal. Os SMPC deverão garantir, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência e consequentemente da actividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.	Articulação de meios.	CÂMARAS MUNICIPAIS

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

4.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO

AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

4.1.1.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

Segundo o Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, a rede de defesa da floresta contra incêndios consiste numa malha de faixas de gestão de combustível (FGC) que asseguram três funções:

-Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção directa de combate na frente de fogo ou nos seus flancos;

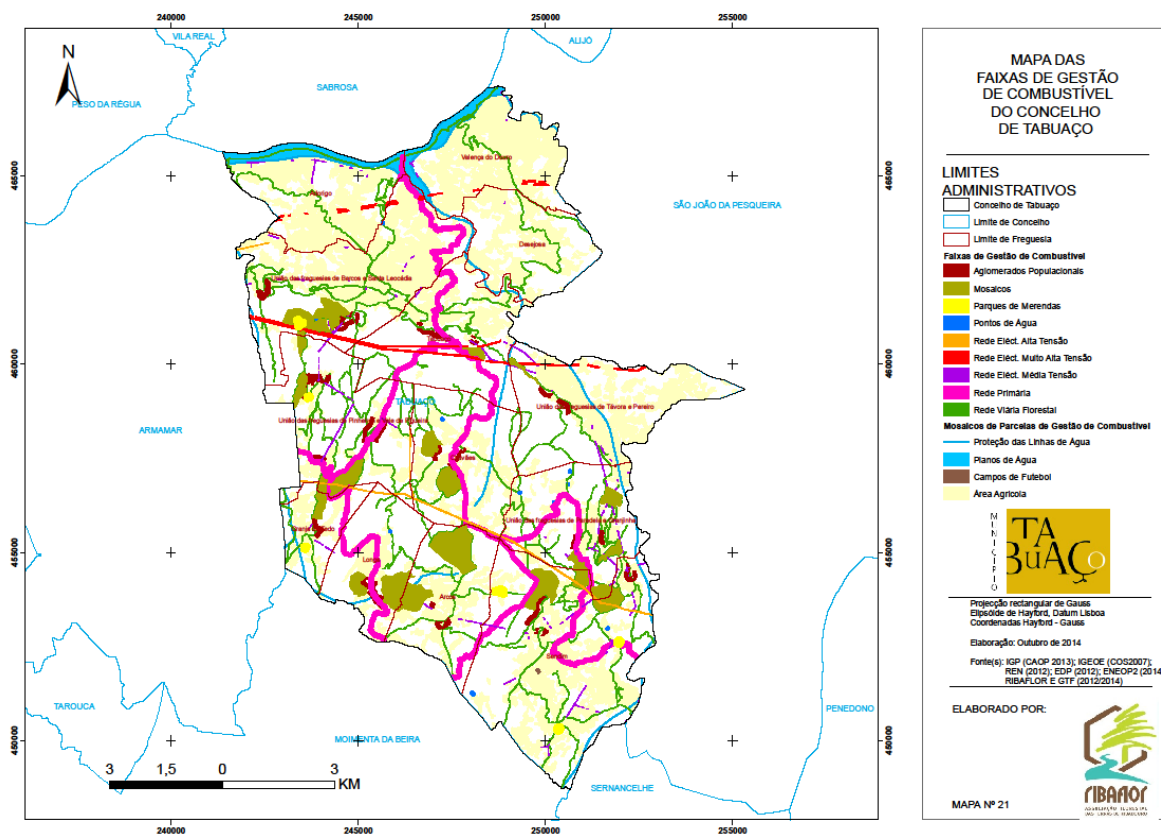
-Redução dos efeitos da passagem de grandes incêndios protegendo, de forma passiva, vias de comunicação, infraestruturais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;

-Isolamentos de focos potenciais de ignição de incêndios, como sejam as faixas paralelas as linhas eléctricas ou a rede viária, as faixas envolventes aos parques de recreio, entre outros.

Como se pode ver pelo Mapa que a seguir se apresenta, e tendo em conta que o concelho possui áreas eminentemente agrícolas, as faixas de gestão de combustíveis encontram-se espalhadas pelo concelho de uma forma bastante homogénea e presente.

Considera-se existir desde já no conselho um Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis, que foi complementado com as FGC referentes às linhas eléctricas de muito alta e média tensão, da rede viária, da rede primária, mosaicos, aglomerados populacionais, parques de merendas e os pontos de água.

Foram ainda referenciados os campos de futebol para toda a área do concelho, os planos de água e áreas agrícolas pelo que se julga conseguir obter-se um bom Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis.



Na tabela seguinte podemos verificar que o total de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) corresponde a 1904,01 ha, dos quais, mais de metade corresponde às faixas referentes a rede primária com 585,24 há e mosaicos com 563,96 ha, seguindo-se a rede viária com 417,71 ha, uma vez que se estendem pelo concelho todo proporcionando assim vastas zonas interessantes ao nível da defesa da floresta contra incêndios.

De salientar ainda o valor referente às FGC de protecção aos aglomerados florestais, que se assumem como prioridade, uma vez que existem algumas aldeias completamente inseridas espaços florestais e que são constantemente ameaçadas pelos incêndios.

Relativamente ao total do concelho a percentagem não se apresenta muito significativa mas julga-se ser a suficiente para o conjunto das acções de DFCl.

Distribuição por Freguesia da Área Ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de Gestão de Combustível				
Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	%
Adorigo	4	Rede viária florestal	30,42	3,30
	7	Rede eléctrica em muito alta tensão	6,60	0,72
	8	Rede primária	7,33	0,80
	10	Rede eléctrica em média tensão	2,64	0,29
	12	Rede pontos de água	0,16	0,02
	Sub-Total		47,15	-
Arcos	2	Aglomerados Populacionais	6,70	0,84
	4	Rede viária florestal	24,53	3,09
	8	Rede primária	25,16	3,17
	10	Rede eléctrica em média tensão	1,99	0,25
	11	Mosaicos	130,31	16,41
	Sub-Total		188,69	-
Barcos e Santa Leocádia	2	Aglomerados Populacionais	18,91	1,24
	3	Parques de merenda	9,21	0,61
	4	Rede viária florestal	52,34	3,44
	7	Rede eléctrica em muito alta tensão	24,45	12,61
	8	Rede primária	58,76	3,86
	10	Rede eléctrica em média tensão	3,42	0,23
	11	Mosaicos	75,86	4,99
	12	Rede pontos de água	1,40	0,09
	13	Rede eléctrica em alta tensão	2,27	0,15
	Sub-Total		246,62	-

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	%
Chavães	2	Aglomerados Populacionais	11,04	1,17
	4	Rede viária florestal	34,85	3,69
	8	Rede primária	57,29	6,06
	11	Mosaicos	54,64	5,78
	12	Rede pontos de água	0,78	0,08
	13	Rede eléctrica em alta tensão	6,95	0,74
	Sub-Total		165,55	-
Desejosa	4	Rede viária florestal	16,48	2,20
	7	Rede eléctrica em muito alta tensão	0,02	0,003
	10	Rede eléctrica em média tensão	0,09	0,01
	Sub-Total		16,59	-
Granja do Tedo	2	Aglomerados Populacionais	6,54	1,73
	3	Parque de merendas	4,88	1,29
	4	Rede viária florestal	13,11	3,48
	8	Rede primária	19,71	5,23
	10	Rede eléctrica em média tensão	0,94	0,25
	11	Mosaicos	15,37	4,08
	13	Rede eléctrica em alta tensão	1,89	0,50
	Sub-Total		62,44	-

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	%
Longa	2	Aglomerados Populacionais	16,91	2,48
	4	Rede viária florestal	10,14	1,48
	8	Rede primária	64,75	9,48
	10	Rede eléctrica em média tensão	0,73	1,16
	11	Mosaicos	68,24	9,99
	12	Rede pontos de água	0,78	0,11
	13	Rede eléctrica em alta tensão	1,49	2,37
	Sub-Total		163,04	-
Paradela e Granjinha	2	Aglomerados populacionais	9,51	1,05
	4	Rede viária florestal	43,53	4,81
	8	Rede primária	68,29	7,55
	10	Rede eléctrica em média tensão	6,45	0,71
	11	Mosaicos	55,26	6,11
	12	Pontos de água	3,13	0,35
	13	Rede eléctrica em alta tensão	4,20	0,46
	Sub-Total		190,36	-
Pinheiros E Vale de Figueira	2	Aglomerados Populacionais	33,43	2,87
	3	Parque de merendas	4,43	0,38
	4	Rede viária florestal	54,52	4,68
	8	Rede primária	73,13	6,27
	10	Rede eléctrica em média tensão	5,43	0,47
	11	Mosaicos	63,03	5,41
	13	Rede eléctrica em alta tensão	6,54	0,56
	Sub-Total		240,51	-

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	%
Sendim	2	Aglomerados Populacionais	19,06	0,90
	3	Parque de merendas	22,15	1,04
	4	Rede viária florestal	70,69	3,33
	8	Rede primária	113,90	5,36
	10	Rede eléctrica em média tensão	7,79	0,37
	11	Mosaicos	86,17	4,05
	12	Rede pontos de água	2,34	0,11
	13	Rede eléctrica em alta tensão	7,39	0,35
	Sub-Total		329,50	-
Tabuaço	2	Aglomerados Populacionais	12,12	1,13
	4	Rede viária florestal	28,34	2,64
	7	Rede eléctrica em muito alta tensão	28,74	2,68
	8	Rede primária	96,32	8,96
	10	Rede eléctrica em média tensão	2,23	0,21
	11	Mosaicos	9,34	0,87
	Sub-Total		177,09	-
Távora e Pereiro	2	Aglomerados Populacionais	8,98	0,75
	4	Rede viária florestal	20,92	1,75
	7	Rede eléctrica em muito alta tensão	12,58	1,05
	10	Rede eléctrica em média tensão	3,78	0,32
	11	Mosaicos	5,74	0,48
	Sub-Total		52,00	-

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	%
Valença do Douro	2	Aglomerados Populacionais	0,004	4,31
	4	Rede viária florestal	17,82	1,92
	7	Rede eléctrica em muito alta tensão	5,38	0,58
	8	Rede primária	0,51	0,06
	10	Rede eléctrica em média tensão	0,79	0,09
	Sub-Total		24,50	-

TOTAL 2	143,20	1,07
TOTAL 3	40,65	0,30
TOTAL 4	417,71	3,12
TOTAL 7	77,76	0,58
TOTAL 8	585,14	4,37
TOTAL 10	36,26	0,27
TOTAL 11	563,96	4,21
TOTAL 12	8,60	0,06
TOTAL 13	30,73	0,23

TOTAL FGC e MOSAICOS	1904,01	14,22
----------------------	---------	-------

4.1.1.2. Rede Viária Florestal

A rede viária constitui um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, servindo com frequência como referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI sendo que a acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspecto relevante para o ordenamento florestal.

No contexto da DFCI, a rede viária desempenha funções de:

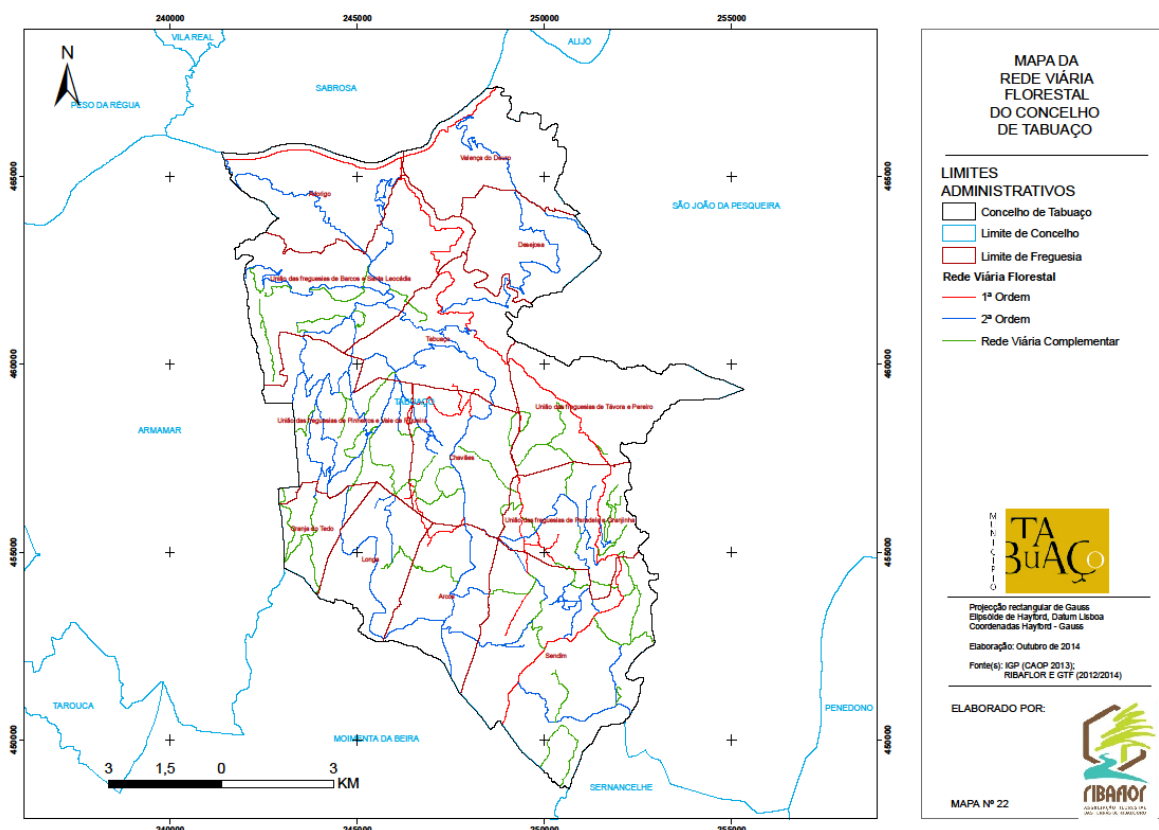
- Rápida deslocação dos meios de combate, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento de água, combustível, etc;
- Integra a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa. A rede viária constitui ainda zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. Além das restantes infra-estruturas com relevância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos é de elevada importância para as operações de coordenação de meios de combate e para o desenvolvimento de estratégias.

De seguida apresenta-se o Mapa da Rede Viária Florestal para o Concelho de Tabuaço onde foram considerados os caminhos florestais de maior relevância no acesso às zonas florestais tendo sido efectuado o seu levantamento através de GPS.

Sendo assim, não foi considerada, toda a rede viária existente uma vez que seria incomportável apresentar uma densidade tão elevada, num plano desta natureza, bem como a cartografia se tornaria extremamente confusa. Foi tida ainda em consideração a rede de estradas nacionais e municipais que servem as zonas florestais existentes bem como os caminhos cujo levantamento foi efectuado.

A rede viária constitui um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, servindo com frequência como referencial para a implantação e eficiência dos

restantes componentes DFCI sendo que a acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspecto relevante para o ordenamento florestal.



Como se pode observar pela tabela que a seguir se apresenta, a rede viária considerada de relevância em DFCI para o concelho de Tabuaço atinge um valor total de 253,22 Km considerando-se ser suficiente estando as principais áreas florestais bem servidas deste tipo de infra-estruturas.

Distribuição da Rede Viária Florestal por Freguesia

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Adorigo	1ª ordem fundamental	EN222	4,94	36,92
		EN323	0,59	4,41
	2ª ordem fundamental	EM512	6,43	48,06
		BT.2.07	1,06	7,92
		BT.2.99	0,05	0,37
	Rede complementar	BT.3.62	0,09	0,67
		BT.3.64	0,12	0,90
	1ª ordem		5,53	41,33
	2ª ordem		7,64	57,10
	Rede complementar		0,21	1,57
	Sub - Total RVF		13,38	-
Arcos	1ª ordem fundamental	BT.1.51	0,25	2,52
		BT.1.56	1,07	10,77
		BT.1.57	0,001	0,01
	2ª ordem fundamental	EM515	6,46	65,05
		BT.2.01	0,02	0,20
		BT.2.02	0,22	2,21
		BT.2.04	0,03	0,30
		BT.2.08	0,07	0,70
		BT.2.09	0,002	0,02

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Arcos (continuação)	2ª ordem fundamental (Continuação)	BT.2.10	0,003	0,03
		BT.2.12	0,003	0,03
		BT.2.14	0,009	0,09
		BT.2.41	0,01	0,10
		BT.2.44	0,02	0,20
		BT.2.45	0,003	0,03
		BT.2.66	1,55	15,61
		BT.2.67	0,14	1,41
	Rede complementar	BT.3.24	0,003	0,03
		BT.3.26	0,008	0,08
		BT.3.30	0,02	0,20
		BT.3.31	0,04	0,43
	1ª ordem		1,33	13,39
	2ª ordem		8,53	85,90
	Rede complementar		0,07	0,71
	Sub - Total RVF		9,93	-
Barcos e Santa Leocádia	1ª ordem fundamental	EN 323	4,76	13,76
	2ª ordem fundamental	EM226 – 2	0,33	0,95
		EM512	1,98	5,72
		EM513	6,59	19,06
		EM514	3,01	8,70
		BT.2.06	0,03	0,09

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Barcos e Santa Leocádia (continuação)	2ª ordem fundamental (continuação)	BT.2.56	1,22	3,53
		BT.2.73	0,09	0,26
		BT.2.84	1,16	3,35
		BT.2.96	1,33	3,84
		BT.2.98	0,05	0,14
	Rede complementar	BT.3.01	1,45	4,19
		BT.3.02	2,58	7,46
		BT.3.03	0,60	1,73
		BT.3.04	1,16	3,35
		BT.3.05	0,52	1,50
		BT.3.08	0,002	0,01
		BT.3.09	0,22	0,63
		BT.3.42	0,14	0,40
		BT.3.58	0,09	0,26
		BT.3.59	0,48	1,39
		BT.3.61	0,003	0,01
		BT.3.65	0,23	0,66
		BT.3.73	0,06	0,17
		BT.3.75	0,003	0,01
		BT.3.78	0,25	0,72
		BT.3.80	0,004	0,01
		BT.3.86	0,10	0,29
		BT.3.90	2,23	6,45

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCL)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Barcos e Santa Leocádia (Continuação)	Rede complementar (continuação)	BT.3.105	0,46	1,33
		BT.3.106	0,98	2,83
		BT.3.124	0,89	2,57
		BT.3.125	1,15	3,32
		BT.3.126	0,39	1,13
		BT.3.132	0,01	0,03
	1ª ordem		4,76	13,77
	2ª ordem		15,79	45,66
	Rede Complementar		14,03	40,57
	Sub - Total RVF		34,58	-
Chavões	1ª ordem fundamental	BT.1.06	0,01	0,04
		BT.1.08	0,02	0,08
		BT.1.09	0,08	0,31
		BT.1.11	0,18	0,69
		BT.1.12	0,13	0,50
		BT.1.14	0,07	0,27
		BT.1.15	0,10	0,38
		BT.1.17	0,30	1,15
		BT.1.18	0,12	0,46
		BT.1.29	0,03	0,11
		BT.1.32	0,42	1,61
		BT.1.35	0,64	2,34
		BT.1.36	0,001	0,004

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCl)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Chavães (continuação)	1ª ordem fundamental (continuação)	BT.1.38	0,003	0,01
		BT.1.39	0,19	0,73
		BT.1.40	0,002	0,01
		BT. 1.42	0,16	0,61
		BT.1.43	0,01	0,04
		BT.1.45	0,002	0,01
		BT.1.47	0,17	0,65
		BT.1.48	0,20	0,77
		BT.1.55	0,56	2,15
		BT.1.58	0,31	1,19
		BT.1.59	2,34	8,97
		BT.1.62	0,01	0,04
	2ª ordem fundamental	EM515	4,09	15,69
		BT.2.03	0,43	1,65
		BT.2.05	0,23	0,88
		BT.2.11	0,01	0,04
		BT.2.18	1,01	3,87
		BT.2.22	0,01	0,04
		BT.2.24	0,01	0,04
		BT.2.26	0,23	0,88
		BT.2.35	1,48	5,68
		BT.2.38	0,003	0,01
		BT.2.40	0,004	0,01

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Chavães (continuação)	2ª ordem fundamental (continuação)	BT.2.50	0,61	2,34
		BT.2.51	1,32	5,06
		BT.2.54	0,71	2,72
		BT.2.69	0,02	0,08
		BT.2.77	0,001	0,004
		BT.2.79	0,83	3,18
		BT.2.81	0,003	0,01
		BT.2.83	0,66	2,53
		BT.2.100	0,003	0,01
	Rede complementar	BT.3.32	1,87	7,17
		BT.3.34	0,004	0,01
		BT.3.35	0,03	0,11
		BT.3.48	1,66	6,37
		BT.3.97	1,76	6,75
		BT.3.99	0,002	0,01
		BT.3.100	0,80	3,07
		BT.3.107	0,85	3,26
		BT.3.109	0,33	1,26
		BT.3.114	0,14	0,54
		BT.3.115	0,86	3,30
		BT.3.119	0,01	0,04
		BT.3.133	0,003	0,01

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)		Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Chavães (continuação)			1ª ordem	6,07	23,28
			2ª ordem	11,67	44,76
			Rede Complementar	8,33	31,95
			Sub - Total RVF	26,07	-
Desejosa	2ª ordem fundamental		EM504	1,74	21,51
			EM504-1	6,34	78,37
			EM1587	0,01	0,12
			2ª ordem	8,09	100
			Sub - Total RVF	8,09	-
Granja do Tedo	2ª ordem fundamental		EM520	0,47	4,86
			EM514	1,42	14,68
	Rede complementar		BT.3.14	0,0004	0,004
			BT.3.15	1,88	19,44
			BT.3.16	1,70	17,58
			BT.3.17	2,47	25,54
			BT.3.92	1,54	15,92
			BT.3.93	0,18	1,86
			2ª ordem	1,90	19,65
			Rede complementar	7,77	80,35
			Sub - Total RVF	9,67	-

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCL)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Longa	1ª ordem fundamental	BT.1.52	0,003	0,02
		BT.1.53	0,46	3,32
		BT.1.54	0,002	0,01
	2ª ordem fundamental	EM514	4,98	35,93
		EM515	0,18	1,30
		BT.2.74	1,33	9,59
		BT.2.91	1,69	12,19
		BT.2.94	1,61	11,62
	Rede complementar	BT.3.46	0,05	0,36
		BT.3.49	1,82	13,13
		BT.3.55	0,004	0,03
		BT.3.98	0,11	0,79
		BT.3.110	0,37	2,67
		BT.3.111	0,003	0,02
		BT.3.112	0,08	0,58
		BT.3.117	1,17	8,44
	1ª ordem		0,46	3,32
	2ª ordem		9,79	70,63
	Rede complementar		3,61	26,05
	Sub - Total RVF		13,86	-

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Paradela e Granjinha	1ª ordem fundamental	EN323	3,71	11,98
		BT.1.02	0,42	1,36
		BT.1.04	0,83	2,68
		BT.1.05	0,001	0,003
		BT.1.20	0,40	1,29
		BT.1.21	0,58	1,87
		BT.1.22	0,41	1,32
		BT.1.24	0,40	1,29
		BT.1.25	0,20	0,64
		BT.1.27	0,62	2,00
		BT.1.28	0,42	1,36
		BT.1.60	0,001	0,003
	2ª ordem fundamental	EM516	1,63	5,26
		EM1116	1,13	3,69
		BT.2.15	0,37	1,19
		BT.2.19	0,83	2,68
		BT.2.20	0,76	2,45
		BT.2.27	1,15	3,71
		BT.2.28	0,02	0,06
		BT.2.29	0,13	0,42
		BT.2.30	0,65	2,10
		BT.2.31	0,001	0,003
		BT.2.32	0,01	0,03

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCL)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Paradela e Granjinha (continuação)	2ª ordem fundamental (Continuação)	BT.2.37	0,05	0,16
		BT.2.39	3,67	11,85
		BT.2.42	0,01	0,03
		BT.2.47	1,25	4,04
		BT.2.62	0,05	0,16
		BT.2.76	0,03	0,10
		BT.2.80	0,02	0,06
		BT.2.82	0,003	0,01
		BT.2.88	1,68	5,43
	Rede Complementar	BT.3.21	0,35	1,13
		BT.3.29	0,75	2,42
		BT.3.33	0,23	0,74
		BT.3.36	0,32	1,03
		BT.3.37	0,22	0,71
		BT.3.44	1,82	5,88
		BT.3.50	0,55	1,78
		BT.3.60	0,62	2,00
		BT.3.66	0,06	0,19
		BT.3.68	0,22	0,71
		BT.3.72	0,02	0,06
		BT.3.74	0,10	0,32
		BT.3.77	0,004	0,01
		BT.3.87	0,004	0,01

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Paradela e Granjina (continuação)	Rede complementar (continuação)	BT.3.89	2,93	9,46
		BT.3.108	1,33	4,29
	1ª ordem		7,98	25,78
	2ª ordem		13,45	43,44
	Rede complementar		9,53	30,78
	Sub - Total RVF		30,96	-
Pinheiros e Vale de Figueira	1ª ordem fundamental	BT.1.30	0,004	0,01
		BT.1.31	0,61	1,90
		BT.1.33	0,003	0,01
		BT.1.34	0,53	1,66
		BT.1.49	0,004	0,01
		BT.1.50	0,18	0,56
	2ª ordem fundamental	EM514	7,52	23,49
		EM515-1	3,53	11,03
		EM520	0,39	1,22
		BT.2.21	0,003	0,01
		BT.2.55	0,004	0,01
		BT.2.57	0,11	0,34
		BT.2.58	0,06	0,19
		BT.2.59	0,08	0,25
		BT.2.60	0,03	0,09
		BT.2.63	0,09	0,28
		BT.2.64	0,01	0,03

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCL)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Pinheiros e Vale de Figueira (continuação)	2ª ordem fundamental (continuação)	BT.2.70	1,77	5,53
		BT.2.71	0,62	1,94
		BT.2.72	0,03	0,09
		BT.2.86	0,86	2,69
		BT.2.89	0,10	0,31
		BT.2.90	0,14	0,44
		BT.2.92	0,44	1,37
		BT.2.93	0,29	0,91
		BT.2.95	0,96	3,00
	Rede complementar	BT.3.06	0,37	1,16
		BT.3.10	0,14	0,44
		BT.3.11	0,28	0,87
		BT.3.13	0,11	0,34
		BT.3.38	0,01	0,03
		BT.3.39	0,51	1,59
		BT.3.41	0,34	1,06
		BT.3.52	0,004	0,01
		BT.3.53	0,02	0,06
		BT.3.69	1,05	3,28
		BT.3.71	0,001	0,003
		BT.3.91	0,93	2,90
		BT.3.94	0,89	2,78
		BT.3.96	0,95	2,98

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCl)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Pinheiros e Vale de Figueira (continuação)	Rede complementar (continuação)	BT.3.101	0,52	1,62
		BT.3.103	1,42	4,44
		BT.3.113	1,12	3,50
		BT.3.122	0,15	0,47
		BT.3.123	0,68	2,12
		BT.3.124	0,28	0,87
		BT.3.127	0,004	0,01
		BT.3.128	0,40	1,25
		BT.3.129	2,09	6,53
		BT.3.130	1,35	4,22
	1ª ordem		1,33	4,16
	2ª ordem		17,04	53,23
	Rede Complementar		13,64	42,61
	Sub - Total RVF		32,01	-
Sendim	1ª ordem fundamental	EN323	6,47	18,76
		BT.1.01	0,05	0,14
		BT.1.03	0,01	0,03
		BT.1.23	0,51	1,48
		BT.1.26	1,28	3,71
	2ª ordem fundamental	EM1119	4,29	12,44
		BT.2.13	0,84	2,44
		BT.2.16	0,01	0,03
		BT.2.17	0,73	2,12
		BT.2.23	2,09	6,06

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Sendim (continuação)	2ª ordem fundamental (Continuação)	BT.2.25	0,14	0,41
		BT.2.33	1,12	3,25
		BT.2.34	0,85	2,47
		BT.2.36	0,003	0,01
		BT.2.43	0,004	0,01
		BT.2.46	0,12	0,35
		BT.2.48	1,29	3,74
		BT.2.49	1,35	3,91
		BT.2.52	0,01	0,03
		BT.2.68	1,00	2,90
		BT.2.78	0,003	0,01
		BT.2.87	0,03	0,09
	Rede complementar	BT.3.18	0,04	0,12
		BT.3.19	1,15	3,33
		BT.3.20	1,44	4,18
		BT.3.22	0,001	0,003
		BT.3.23	0,72	2,09
		BT.3.25	1,59	4,61
		BT.3.27	0,44	1,28
		BT.3.28	0,32	0,93
		BT.3.36	1,94	5,63
		BT.3.40	0,94	2,73

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCL)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Sendim (continuação)	Rede complementar (continuação)	BT.3.43	0,24	0,70
		BT.3.45	0,28	0,81
		BT.3.57	0,05	0,14
		BT.3.63	0,06	0,17
		BT.3.66	0,01	0,03
		BT.3.67	0,11	0,32
		BT.3.70	0,003	0,01
		BT.3.76	0,07	0,20
		BT.3.79	0,64	1,86
		BT.3.81	0,99	2,87
		BT.3.102	0,44	1,28
		BT.3.116	0,33	0,96
		BT.3.118	0,002	0,01
		BT.3.120	0,07	0,20
		BT.3.121	0,39	1,13
		BT.3.131	0,00	0,00
	1ª ordem		8,32	24,13
	2ª ordem		13,88	40,25
	Rede complementar		12,28	35,62
	Sub - Total RVF		34,48	-

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Tabuaço	1ª Ordem fundamental	EN323	5,01	23,00
		BT.1.37	0,25	1,15
		BT.1.41	0,29	1,33
		BT.1.46	0,18	0,83
	2ª Ordem fundamental	EM515	1,27	5,83
		EM515-1	2,70	12,40
		EM516	1,93	8,86
		EM226-2	3,12	14,32
		EM1587	3,36	15,43
		BT.2.53	0,30	1,38
		BT.2.61	0,16	0,73
		BT.2.65	0,00	0,00
		BT.2.85	1,09	5,00
	Rede complementar	BT.3.07	0,92	4,22
		BT.3.47	0,004	0,02
		BT.3.54	1,04	4,77
		BT.3.83	0,00	0,00
		BT.3.85	0,02	0,09
		BT.3.104	0,13	0,60
	1ª ordem		5,73	26,31
	2ª ordem		13,93	63,96
	Rede complementar		2,12	9,73
	Sub - Total RVF		21,78	-

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Távora e Pereiro	1ª ordem fundamental	EN323	4,45	47,64
		BT.1.07	0,01	0,11
		BT.1.10	0,01	0,11
		BT.1.13	0,14	1,50
		BT.1.16	0,05	0,53
		BT.1.19	0,03	0,32
		BT.1.44	0,34	3,64
	2ª ordem fundamental	BT.2.75	0,95	10,17
	Rede complementar	BT.3.12	0,51	5,46
		BT.3.82	0,23	2,46
		BT.3.84	0,07	0,75
		BT.3.88	0,01	0,11
		BT.3.95	1,69	18,09
		BT.3.134	0,83	8,89
	1ª ordem		5,05	54,07
	2ª ordem		0,95	10,17
	Rede complementar		3,34	35,76
	Sub - Total RVF		9,34	-

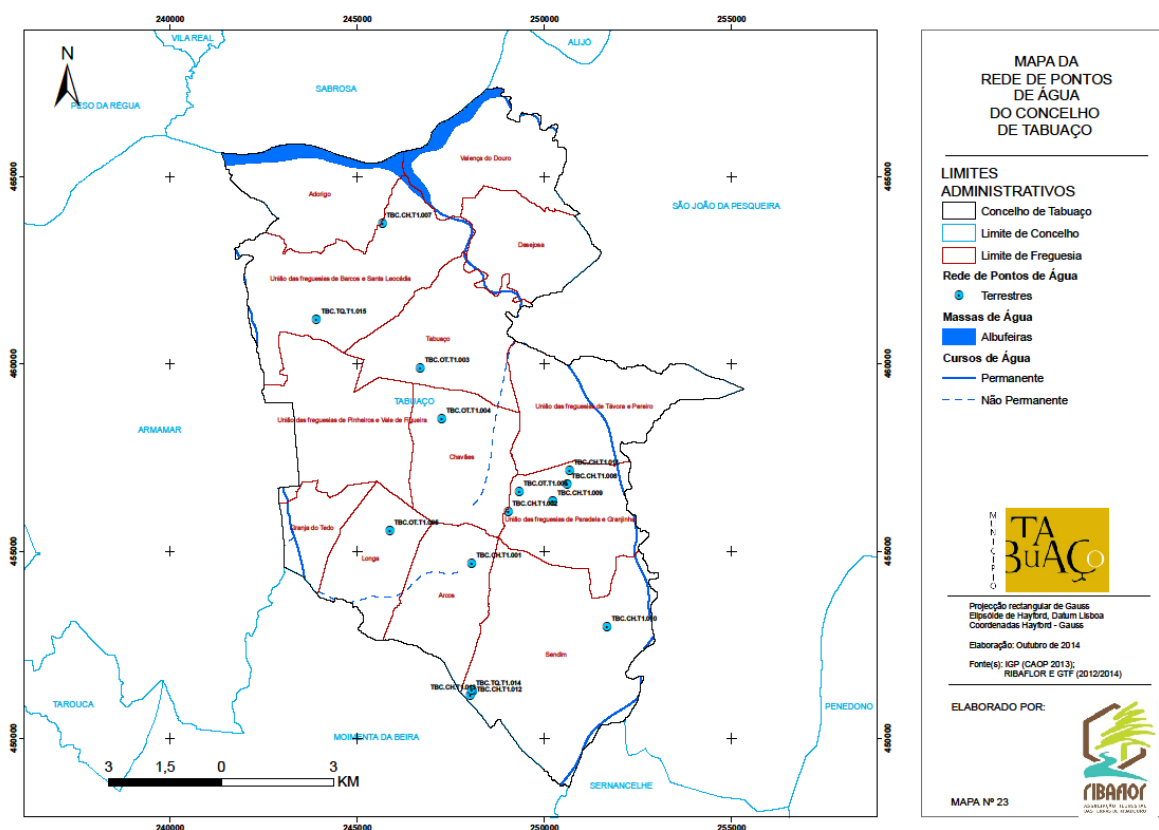
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Valença do Douro	1ª ordem fundamental	EN222	3,37	37,28
	2ª ordem fundamental	EM504	5,67	62,72
		EM504-1	0,006	0,07
		1ª ordem	3,37	37,28
		2ª ordem	5,67	62,72
	Sub - Total RVF		9,04	-

Total RVF 1ª ordem	49,94	19,72
Total RVF 2ª ordem	128,34	50,68
Total RVF Rede complementar	74,94	29,60
Total RVF	253,22	-

4.1.1.3. Rede de Pontos de Água

Os pontos de água como infra-estrutura de combate terão que estar absolutamente operacionais, uma vez que a sua importância é estratégica e fundamental para que essa acção de combate possa ser concretizada de uma forma rápida e eficaz reduzindo desse modo a área percorrida pelos incêndios florestais.

A distribuição deste tipo de Infra-estruturas por todo o concelho deve ser a mais homogénea possível, estando facilmente acessível por parte dos meios de combate.



No Mapa de Pontos de Água apresentado, figuram as estruturas atualmente sinalizadas, estando na sua totalidade validadas no terreno. Esta fase de validação, durante o ano de 2013/2014 incidiu sobre os pontos de água que se consideraram com maior importância estratégica ao nível da DFCI. No total de 15 Pontos de água considerados constituem um valor de reservatório/disponibilidade no valor de 124 907 m³.

Capacidade da Rede de Pontos de Água por Freguesia					
Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Quantidade de PA	Volume máximo (m³)
Adorigo	7	214	Charca	-	90000
	Sub-Total			1	90000
Arcos	1	214	Charca	-	600
	Sub-Total			1	600
Barcos e Santa Leocádia	15	114	Tanque de rega	-	27
	Sub-Total			1	27
Chavães	4	115	Outros	-	100
	Sub-Total			1	100
Longa	5	115	Outros	-	35
	Sub-Total			1	35
Paradela e Granjinha	11	114	Tanque de rega	-	54
	2	214	Charca		500
	8	114	Tanque de rega		80
	9	114	Tanque de rega		750
	6	115	Outros		80
	Sub-Total			5	1464

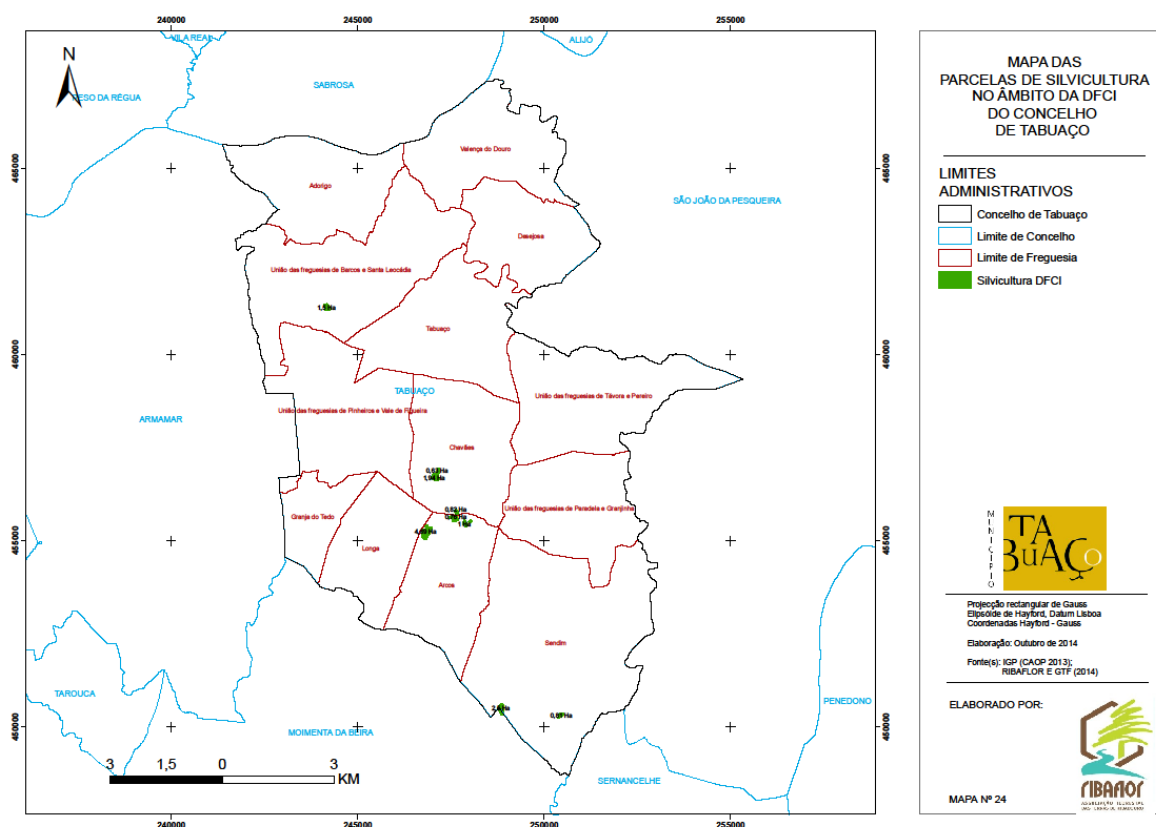
Capacidade da Rede de Pontos de Água por Freguesia					
Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Quantidade de PA	Volume máximo (m³)
Sendim	12	214	Charca	-	25200
	13	214	Charca		7200
	14	114	Tanque de rega		24
	10	111	Reservatório DFCI		70
	Sub-Total			4	32494
Tabuaço	3	115	Outros	-	-
	Sub-Total			1	100

Total	15	124820
-------	----	--------

Área de espaços florestais do concelho (floresta + inculto) (ha)	8139,67
Densidade de pontos de água (n.º/ha)	0,0018

4.1.1.4. Silvicultura no âmbito de DFCI

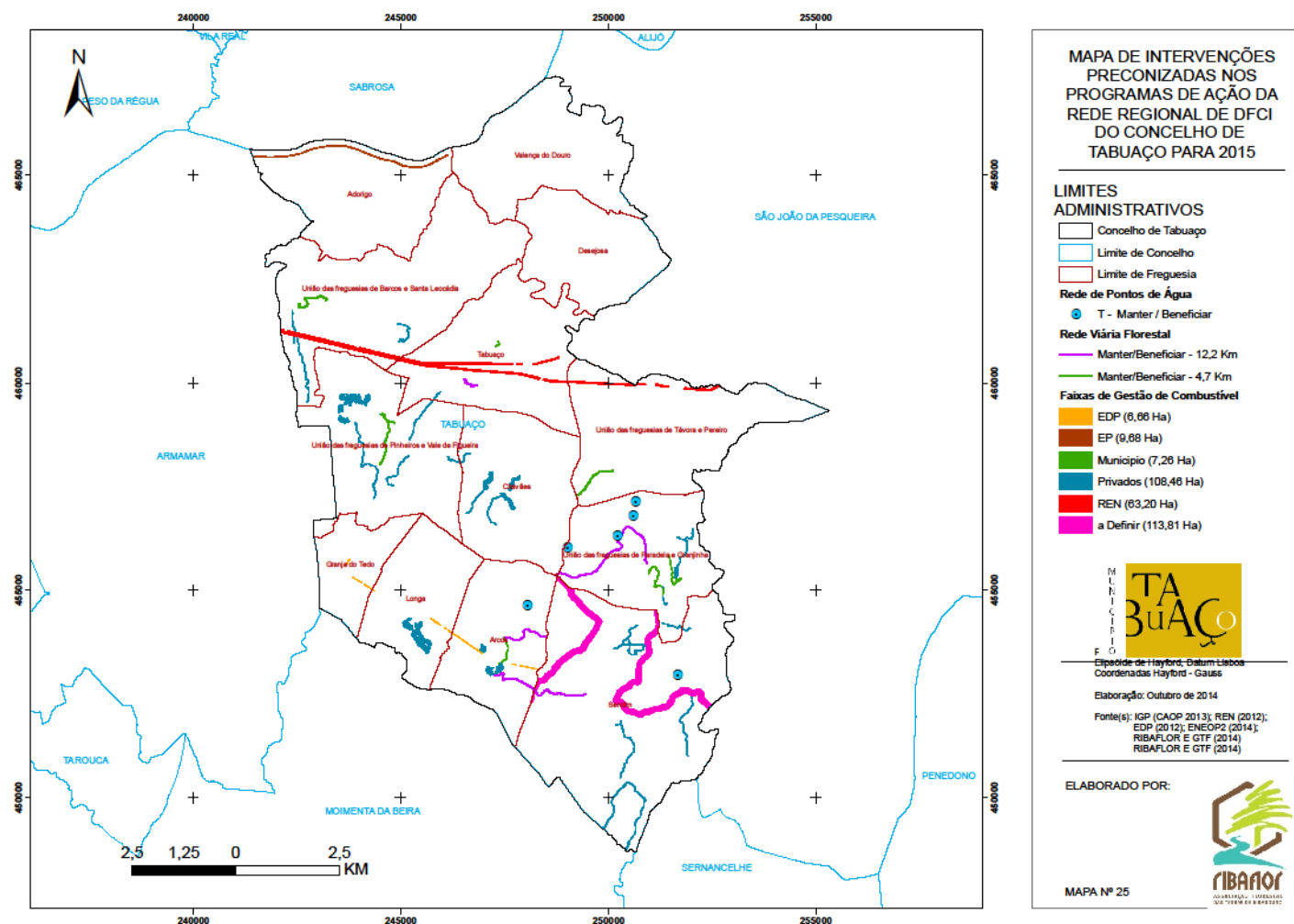
As parcelas sujeitas a silvicultura no âmbito da DFCI, executadas no último ano (2013), estão representadas no mapa seguinte.

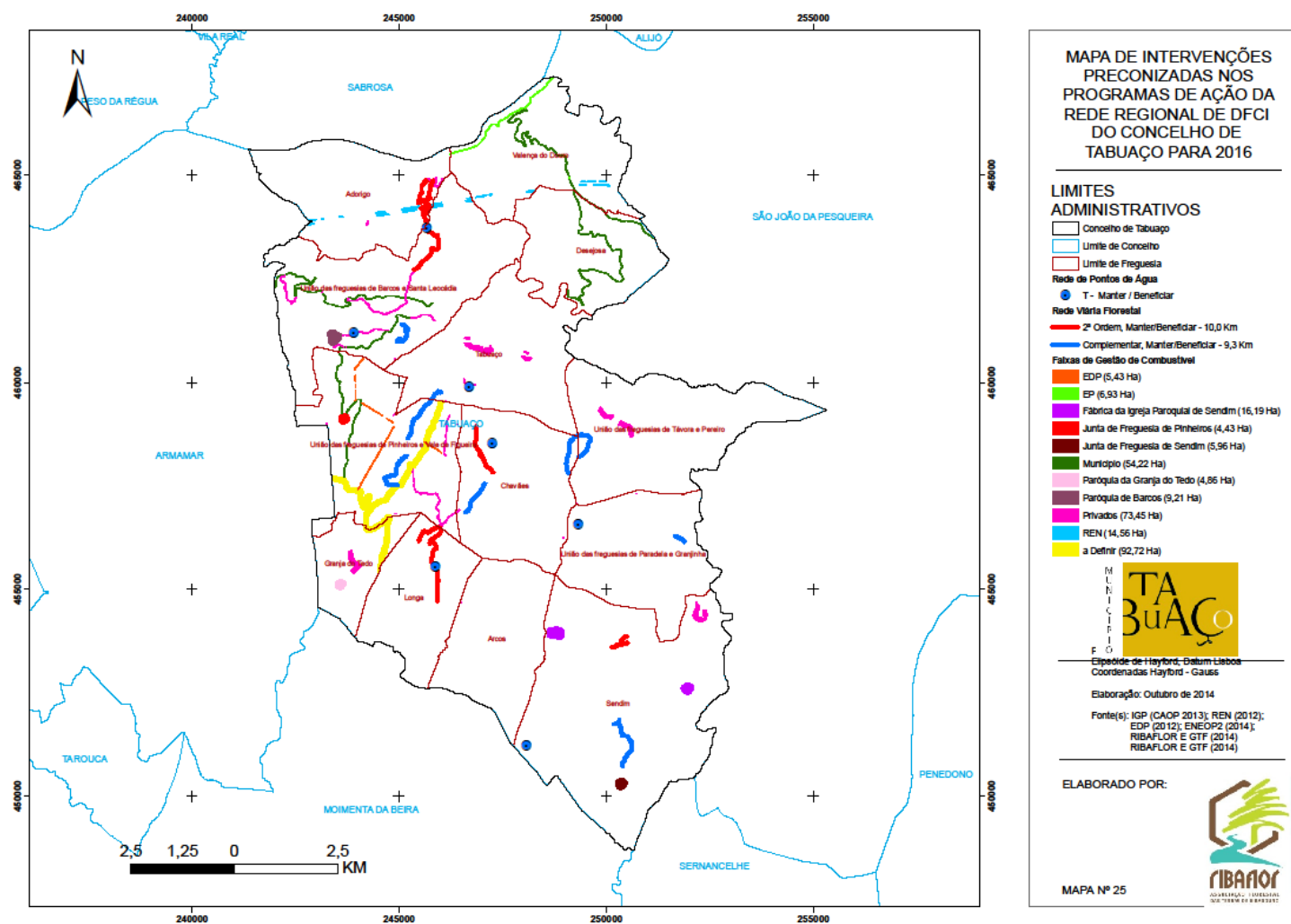


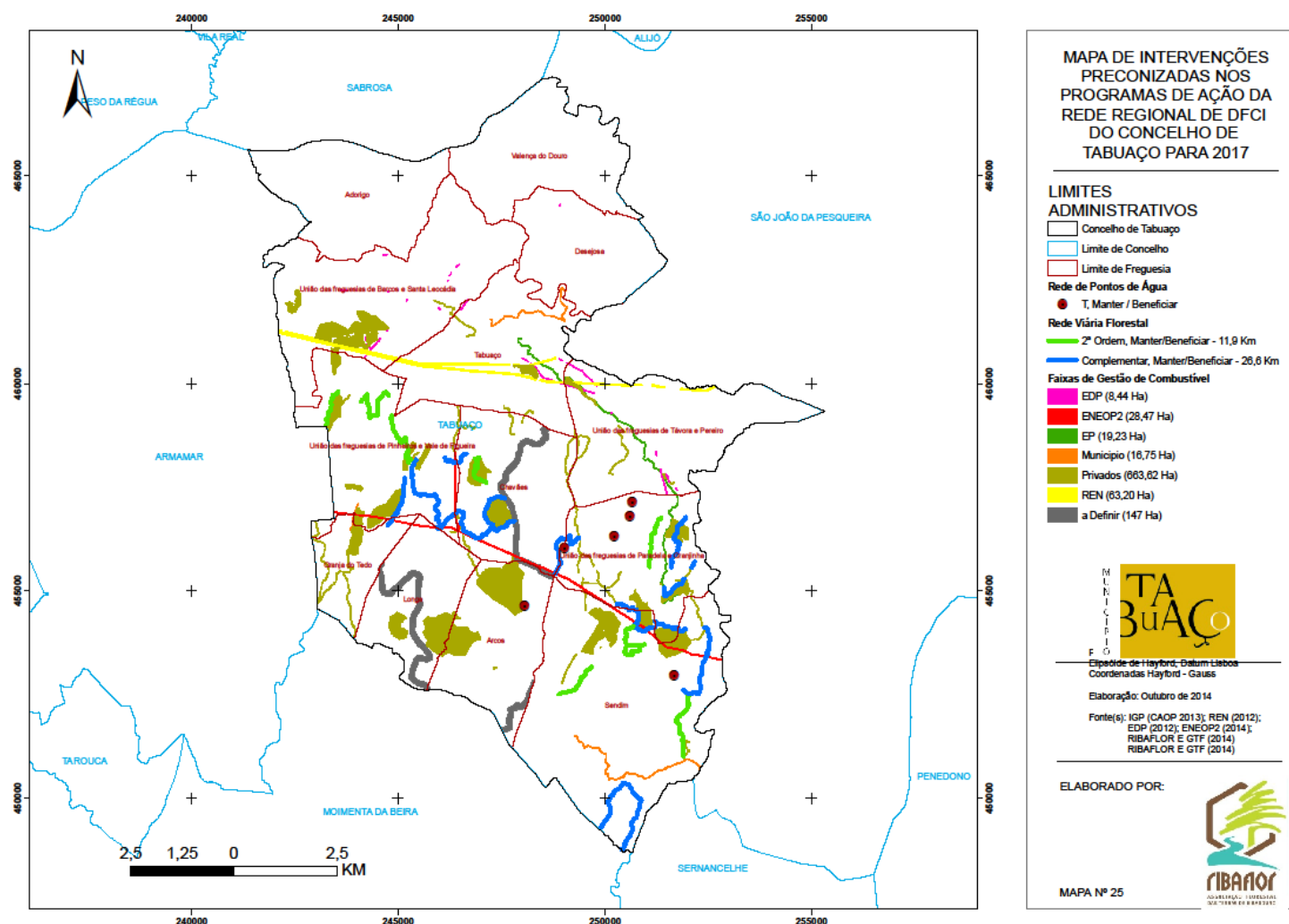
4.1.2. Planeamento das ações

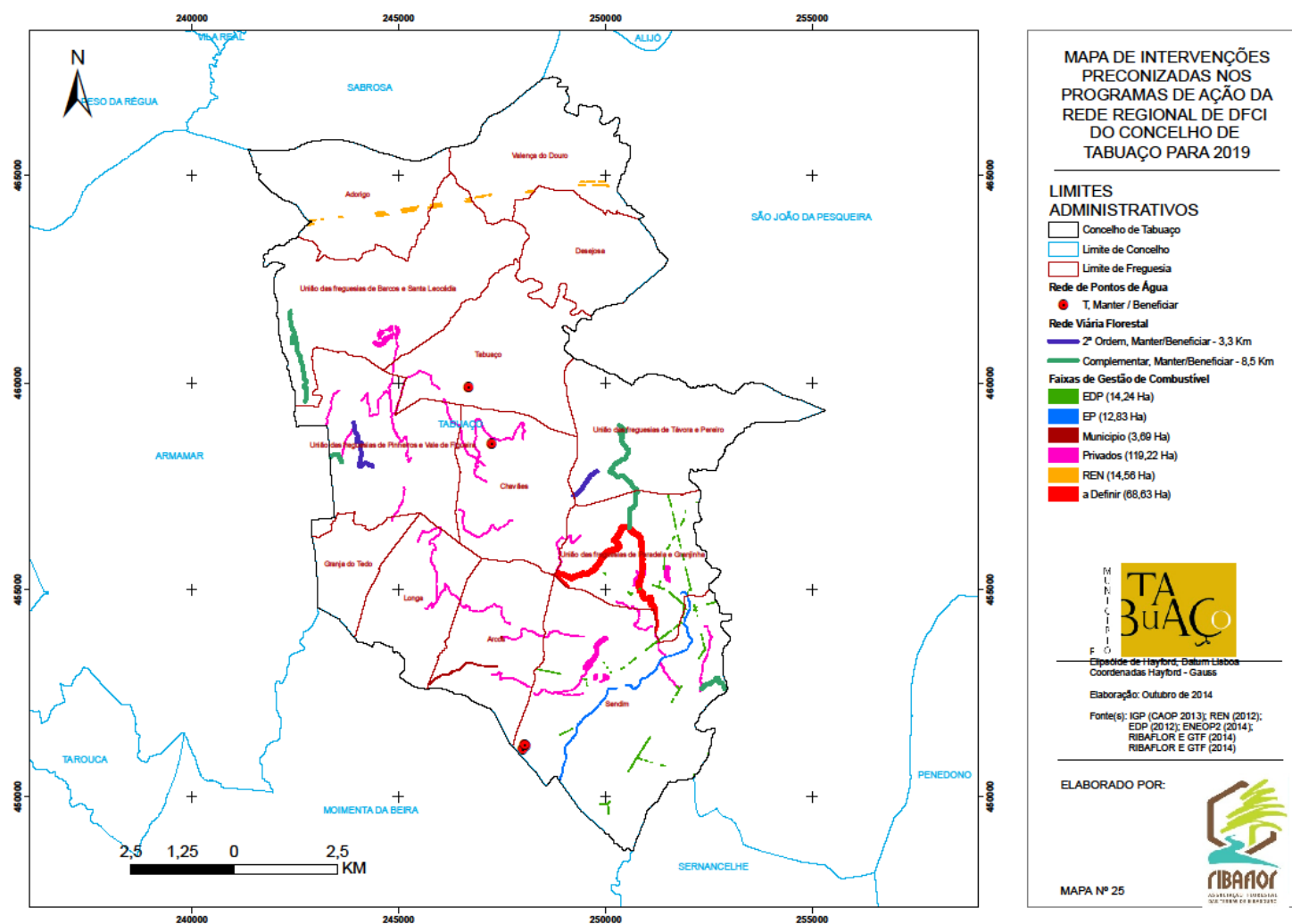
4.1.2.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

As Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas estão distribuídas anualmente segundo os mapas seguintes:









Uma vez que este concelho faz fronteira com outros, o sucesso alcançado pela implementação destas medidas DFCI estará sempre dependente do trabalho levado a cabo nos restantes concelhos limítrofes com este, e vice-versa.

As principais infraestruturas DFCI mais afetadas pela sua continuidade em concelhos vizinhos são as que estão relacionadas com as vias de comunicação, especificamente com a rede viária florestal, rede elétrica e com a rede primária. Uma vez que os incêndios florestais não se confinam a um só concelho, serão necessários esforços por parte dos concelhos contíguos, de forma a conferirem continuidade à RDFCI ao longo do território.

A estratégia adotada para o concelho de Tabuaço para otimizar os meios e os custos das ações envolvidas, passa por concentrar os esforços das várias entidades responsáveis e atuar em conjunto.

No que diz respeito aos trabalhos da responsabilidade do Município, os principais constrangimentos apontados para a sua execução prendem-se com os meios de execução e com os meios de financiamento. A autarquia não dispõe de meios humanos suficientes pelo que será obrigatória a contratação de uma empresa prestadora de serviços. Assim, os custos envolverão meios de financiamento da Autarquia, que, devido à situação de cortes orçamentais, terá que candidatar grande parte dos trabalhos a fundos comunitários de financiamento. Assim, grande parte da execução estará dependente das candidaturas apresentadas e sua aprovação.

Uma grande percentagem de FGC a executar diz respeito às faixas de proteção a edificações integradas em espaços rurais e a aglomerados populacionais, da responsabilidade dos proprietários em causa, pelo que a sua execução poderá igualmente ficar comprometida pela disponibilidade financeira dos mesmos. No entanto, o Município tem-se substituído aos proprietário detentores dos terrenos e tem vindo a assegurar a manutenção destas faixas, através da equipe de sapadores florestais do Concelho de Tabuaço, devido ao risco de incêndio que apresentam. Neste campo, é aconselhável proceder a uma série de ações de sensibilização e de aconselhamento aos proprietários, para que estes sejam conhecedores das opções que poderão tomar em relação à gestão florestal dos seus terrenos, confinantes a habitações.

Foram também marcados alguns mosaicos de parcelas de gestão de combustível, de forma estratégica, que poderão ser úteis no combate a incêndios, ficando a sua gestão

dependente essencialmente de candidaturas que se possam vir a efetuar no âmbito do novo quadro comunitário, uma vez que também estes mosaicos são de carácter privado.

Em relação às faixas de gestão de combustível da rede elétrica de média, alta e muito alta tensão e rede viária florestal, as entidades responsáveis têm assegurado a sua execução e manutenção através de empresas prestadoras de serviços.

Relativamente à manutenção da rede viária florestal, na maioria das vezes, esta tem vindo a ser assegurada pelo Município, sendo que nem sempre dispõe de disponibilidade financeira, para a execução destes trabalhos, como foi referido anteriormente, pelo que a sua execução estará dependente também de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

O mesmo acontece com os pontos de água, o Município tem feito um esforço para manter operacionais os pontos de água do Concelho, pelo que a gestão de combustível é assegurada pela equipe de sapadores florestais e a beneficiação da estrutura quando possível, por meios próprios da autarquia ou recorrendo também a candidaturas para o efeito. No entanto a maioria dos pontos de água são particulares pelo que a manutenção é da responsabilidade dos mesmos.

4.1.2.2. Rede de FGC e MPGC

Intervenções na Rede de FGC por Freguesia para 2015-2019															
						Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2015		2016		2017		2018		2019	
Freguesia	Código da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv.(ha)	Área total s/nec. de interv.(ha)	Área total da FGC (ha)	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
Adorigo	4	Rede viária florestal	30,43	0,00	30,43	9,68	20,75	7,65	22,78	0,00	30,43	13,09	17,34	0,00	30,43
	7	Rede eléctrica em muito alta tensão	6,60	0,00	6,60	0,00	6,60	0,00	6,60	0,00	6,60	0,00	6,60	6,60	0,00
	8	Rede primária	7,33	0,00	7,33	0,00	7,33	0,00	7,33	0,00	7,33	7,33	0,00	0,00	7,33
	10	Rede eléctrica em média tensão	2,64	0,00	2,64	0,00	2,64	0,00	2,64	0,00	2,64	2,64	0,00	0,00	2,64
	12	Rede de pontos de água	0,16	0,00	0,16	0,00	0,16	0,16	0,00	0,00	0,16	0,00	0,16	0,00	0,16
	Sub-Total (ha)		47,16	0,00	47,16	9,68	37,48	7,81	39,35	0,00	47,16	23,06	24,10	6,60	40,56
Arcos	2	Aglomerados populacionais	6,70	0,00	6,70	6,70	0,00	0,00	6,70	0,00	6,70	0,00	6,70	0,00	6,70
	4	Rede viária florestal	24,53	0,00	24,53	1,71	22,82	0,05	24,48	2,95	21,58	7,39	17,14	12,43	12,10
	8	Rede primária	25,16	0,00	25,16	0,22	24,94	0,00	25,16	24,93	0,23	0,00	25,16	0,01	25,15
	10	Rede eléctrica em média tensão	1,99	0,00	1,99	1,99	0,00	0,00	1,99	0,00	1,99	0,00	1,99	0,00	1,99
	11	Mosaicos	130,31	0,00	130,31	0,00	130,31	0,00	130,31	130,31	0,00	0,00	130,31	0,00	130,31
	Sub-Total (ha)		188,69	0,00	188,69	10,62	178,07	0,05	188,64	158,19	30,50	7,39	181,30	12,44	176,25

Intervenções na Rede de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)															
Freguesia	Código da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv.(ha)	Área total s/nec. de interv.(ha)	Área total da FGC (ha)	2015		2016	2017			2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
Barcos e Santa Leocádia	2	Aglomerados populacionais	18,91	0,00	18,91	0,00	18,91	0,00	18,91	8,59	10,32	0,00	18,91	10,33	8,58
	3	Parque de merendas	9,21	0,00	9,21	0,00	9,21	9,21	0,00	0,00	9,21	0,00	9,21	0,00	9,21
	4	Rede viária florestal	52,34	0,00	52,34	9,72	42,62	34,46	17,88	1,69	50,65	4,70	47,64	1,78	50,56
	7	Rede eléctrica em muito alta tensão	24,45	0,00	24,45	21,88	2,57	0,00	24,45	0,00	24,45	0,00	24,45	2,57	21,88
	8	Rede primária	58,76	0,00	58,76	0,00	58,76	0,00	58,76	0,00	58,76	58,76	0,00	0,00	58,76
	10	Rede eléctrica em média tensão	3,42	0,00	3,42	0,00	3,42	0,00	3,42	2,34	1,08	1,07	2,35	0,00	3,42
	11	Mosaicos	75,86	0,00	75,86	0,00	75,86	0,00	75,86	75,86	0,00	0,00	75,86	0,00	75,86
	12	Rede de pontos de água	1,40	0,00	1,40	0,00	1,40	1,40	0,00	0,00	1,40	0,00	1,40	0,00	1,40
	13	Rede eléctrica em alta tensão	2,27	0,00	2,27	0,00	2,27	0,00	2,27	0,00	2,27	2,27	0,00	0,00	2,27
	Sub-Total (ha)		246,62	0,00	246,62	31,60	215,02	45,07	201,55	88,48	158,14	66,80	179,82	14,68	231,94

Intervenções na Rede de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Freguesia	Código da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv.(ha)	Área total s/nec. de interv.(ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2015		2016		2017		2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
Chavões	2	Aglomerados populacionais	11,04	0,00	11,04	11,04	0,00	0,00	11,04	0,00	11,04	0,00	11,04	0,00	11,04
	4	Rede viária florestal	34,85	0,00	34,85	4,65	30,20	0,29	34,56	9,18	25,67	3,85	31,00	16,90	17,95
	8	Rede primária	57,29	0,00	57,29	0,00	57,29	0,00	57,29	57,23	0,06	0,03	57,26	0,02	57,27
	11	Mosaicos	54,64	0,00	54,64	0,00	54,64	0,00	54,64	54,64	0,00	0,00	54,64	0,00	54,64
	12	Rede de pontos de água	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78	0,78	0,00
	13	Rede elétrica em alta tensão	6,95	0,00	6,95	0,00	6,95	0,00	6,95	6,95	0,00	0,00	6,95	0,00	6,95
	Sub-Total (ha)		165,55	0,00	165,55	15,69	149,86	0,29	165,26	128,00	37,55	3,88	161,67	17,70	147,85
Desejosa	4	Rede viária florestal	16,48	0,00	16,48	0,00	16,48	16,45	0,03	0,03	16,45	0,00	16,48	0,00	16,48
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00
	10	Rede elétrica em média tensão	0,08	0,00	0,08	0,00	0,08	0,00	0,08	0,08	0,00	0,00	0,08	0,00	0,08
	Sub-Total (ha)		16,57	0,00	16,57	0,00	16,57	16,45	0,12	0,11	16,46	0,00	16,57	0,01	16,56

Intervenções na Rede de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Freguesia	Código da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv.(ha)	Área total s/nec. de interv.(ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2015		2016		2017		2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
Granja do Têdo	2	Aglomerados populacionais	6,54	0,00	6,54	0,00	6,54	6,54	0,00	0,00	6,54	0,00	6,54	0,00	6,54
	3	Parques de Merendas	4,86	0,00	4,86	0,00	4,86	4,86	0,00	0,00	4,86	0,00	4,86	0,00	4,86
	4	Rede viária florestal	13,11	0,00	13,11	0,00	13,11	0,00	13,11	12,91	0,20	0,00	13,11	0,20	12,91
	8	Rede primária	19,71	0,00	19,71	0,00	19,71	19,61	0,09	0,20	19,51	0,00	19,71	0,00	19,71
	10	Rede eléctrica em média tensão	0,94	0,00	0,94	0,94	0,00	0,00	0,94	0,00	0,94	0,00	0,94	0,00	0,94
	11	Mosaicos	15,37	0,00	15,37	0,00	15,37	0,00	15,37	15,37	0,00	0,00	15,37	0,00	15,37
	13	Rede eléctrica em alta tensão	1,89	0,00	1,89	0,00	1,89	0,00	1,89	1,89	0,00	0,00	1,89	0,00	1,89
	Sub-Total (ha)		62,42	0,00	62,42	0,94	61,48	31,01	31,41	30,37	32,05	0,00	62,42	0,20	62,22

Intervenções na Rede de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Freguesia	Código da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv.(ha)	Área total s/nec. de interv.(ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2015		2016		2017		2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
Longa	2	Aglomerados populacionais	16,91	0,00	16,91	16,91	0,00	0,00	16,91	0,00	16,91	0,00	16,91	0,00	16,91
	4	Rede viária florestal	10,14	0,00	10,14	0,00	10,14	0,07	10,07	0,97	9,17	0,00	10,14	9,11	1,03
	8	Rede primária	64,75	0,00	64,75	0,00	64,75	0,00	64,75	64,75	0,00	0,00	64,75		
	10	Rede eléctrica em média tensão	0,73	0,00	0,73	0,73	0,00	0,00	0,73	0,00	0,73	0,00	0,73	0,00	0,73
	11	Mosaicos	38,24	0,00	68,24	0,00	68,24	0,00	68,24	68,24	0,00	0,00	68,24	0,00	68,24
	12	Rede de pontos de água	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78	0,78	0,00	0,00	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78
	13	Rede eléctrica em alta tensão	1,49	0,00	1,49	0,00	1,49	0,00	1,49	1,49	0,00	0,00	1,49	0,00	1,49
	Sub-Total (ha)		163,04	0,00	163,04	17,64	145,40	0,85	162,19	135,44	27,60	0,00	163,04	9,11	153,93

Intervenções na Rede de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Freguesia	Código da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv.(ha)	Área total s/nec. de interv.(ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2015		2016		2017		2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
Paradela E Granjinha	2	Aglomerados populacionais	9,51	0,00	9,51	0,00	9,51	0,00	9,51	0,00	9,51	0,00	9,51	9,51	0,00
	4	Rede viária florestal	43,53	0,00	43,53	11,07	32,46	0,11	43,42	26,24	17,29	0,59	42,94	5,52	38,01
	8	Rede primária	68,29	0,00	68,29	0,00	68,29	0,00	68,29	0,00	68,29	0,00	68,29	68,29	0,00
	10	Rede eléctrica em média tensão	6,45	0,00	6,45	0,00	6,45	0,00	6,45	0,00	6,45	0,00	6,45	6,45	0,00
	11	Mosaicos	55,26	0,00	55,26	0,00	55,26	0,00	55,26	55,26	0,00	0,00	55,26	0,00	55,26
	12	Rede de pontos de água	3,13	0,00	3,13	2,34	0,79	0,78	2,35	0,00	3,13	0,00	3,13	0,00	3,13
	13	Rede eléctrica em alta tensão	4,20	0,00	4,20	0,00	4,20	0,00	4,20	4,20	0,00	0,00	4,20	0,00	4,20
	Sub-Total (ha)		190,37	0,00	190,37	14,41	175,96	0,89	189,48	85,70	104,67	0,59	189,78	89,77	100,60

Intervenções na Rede de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Freguesia	Código da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv.(ha)	Área total s/nec. de interv.(ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2015		2016		2017		2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
Pinheiros e Vale de Figueira	2	Aglomerados populacionais	33,43	0,00	33,43	15,53	17,90	0,00	33,43	17,91	15,52	0,00	33,43	0,00	33,43
	3	Parque de merendas	4,43	0,00	4,43	0,00	4,43	4,43	0,00	0,00	4,43	0,00	4,43	0,00	4,43
	4	Rede viária florestal	54,52	0,00	54,52	13,79	40,73	16,59	37,93	5,82	48,70	0,00	54,52	18,32	36,20
	8	Rede primária	73,13	0,00	73,13	0,00	73,13	73,11	0,02	0,00	73,13	0,01	73,12	0,00	73,13
	10	Rede eléctrica em média tensão	5,43	0,00	5,43	0,00	5,43	5,43	0,00	0,00	5,43	0,00	5,43	0,00	5,43
	11	Mosaicos	63,03	0,00	63,03	0,00	63,03	0,00	63,03	63,03	0,00	0,00	63,03	0,00	63,03
	13	Rede elétrica em alta tensão	6,54	0,00	6,54	0,00	6,54	0,00	6,54	6,54	0,00	0,00	6,54	0,00	6,54
	Sub-Total (ha)		240,51	0,00	240,51	29,32	211,19	99,56	140,95	93,30	147,21	0,01	240,50	18,32	222,19

Intervenções na Rede de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Freguesia	Código da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv.(ha)	Área total s/nec. de interv.(ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2015		2016		2017		2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
Sendim	2	Aglomerados populacionais	19,06	0,00	19,06	0,00	19,06	6,85	12,21	0,00	19,06	0,00	19,06	12,21	6,85
	3	Parque de merendas	22,15	0,00	22,15	0,00	22,15	22,15	0,00	0,00	22,15	0,00	22,15	0,00	22,15
	4	Rede viária florestal	70,69	0,00	70,69	19,91	50,78	0,00	70,69	15,63	55,06	5,20	65,49	29,95	40,74
	8	Rede primária	113,59	0,00	113,90	113,59	0,31	0,00	113,90	0,00	113,90	0,00	113,90	0,31	113,59
	10	Rede eléctrica em média tensão	7,79	0,00	7,79	0,00	7,79	0,00	7,79	0,00	7,79	0,00	7,79	7,79	0,00
	11	Mosaicos	86,17	0,00	86,17	0,00	86,17	0,00	86,17	86,17	0,00	0,00	86,17	0,00	86,17
	12	Rede de pontos de água	2,34	0,00	2,34	0,78	1,56	0,00	2,34	0,00	2,34	0,00	2,34	1,56	0,78
	13	Rede eléctrica em alta tensão	7,39	0,00	7,39	0,00	7,39	0,00	7,39	7,39	0,00	0,00	7,39	0,00	7,39
	Sub-Total (ha)		329,49	0,00	329,49	134,29	195,20	29,00	300,49	109,19	220,30	5,20	324,29	51,82	277,67

Intervenções na Rede de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)															
Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv.(ha)	Área total s/nec. de interv.(ha)	Área total da FGC (ha)	2015		2016		2017		2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
Tabuaço	2	Aglomerados populacionais	12,12	0,00	12,12	0,00	12,12	12,12	0,00	0,00	12,12	0,00	12,12	0,00	12,12
	4	Rede viária florestal	28,34	0,00	28,34	0,96	27,38	1,14	27,20	13,84	14,50	8,60	19,74	3,80	24,54
	7	Rede eléctrica em muita alta tensão	28,74	0,00	28,74	28,74	0,00	0,00	28,74	0,00	28,74	0,00	28,74	0,00	28,74
	8	Rede primária	96,32	0,00	96,32	0,00	96,32	0,00	96,32	0,00	96,32	96,32	0,00	0,00	96,32
	10	Rede eléctrica em média tensão	2,23	0,00	2,23	0,00	2,23	0,00	2,23	2,23	0,00	0,00	2,23	0,00	2,23
	11	Mosaicos	9,34	0,00	9,34	0,00	9,34	0,00	9,34	9,34	0,00	0,00	9,34	0,00	9,34
	Sub-Total (ha)		177,09	0,00	177,09	29,70	147,39	13,26	163,83	25,40	151,69	104,93	72,16	3,80	173,29
Távora e Pereiro	2	Aglomerados populacionais	8,98	0,00	8,98	0,00	8,98	8,98	0,00	0,00	8,98	0,00	8,98	0,00	8,98
	4	Rede viária florestal	20,92	0,00	20,92	0,61	20,31	0,01	20,91	16,95	3,97	0,00	20,92	3,34	17,58
	7	Rede eléctrica em muita alta tensão	12,58	0,00	12,58	12,58	0,00	0,00	12,58	0,00	12,58	0,00	1,58	0,00	12,58
	10	Rede eléctrica em média tensão	3,78	0,00	3,78	0,00	3,78	0,00	3,78	3,78	0,00	0,00	3,78	0,00	3,78

Intervenções na Rede de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)															
Freguesia	Código da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv.(ha)	Área total s/nec. de interv.(ha)	Área total da FGC (ha)	2015		2016		2017		2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv. .
Távora e Pereiro (continuação)	11	Mosaicos	5,74	0,00	5,74	0,00	5,74	0,00	5,74	5,74	0,00	0,00	5,74	0,00	5,74
	Sub-Total (ha)		52,00	0,00	52,00	13,19	38,81	8,99	43,01	26,47	25,53	0,00	52,00	3,34	48,66
Valença do Douro	2	Aglomerados populacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4	Rede viária florestal	17,82	0,00	17,82	0,00	17,82	17,82	0,00	0,00	17,82	0,00	17,82	0,00	17,82
	7	Rede eléctrica em muita alta tensão	5,38	0,00	5,38	0,00	5,38	0,00	5,38	0,00	5,38	0,00	5,38	5,38	0,00
	8	Rede primária	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	0,50	0,00	0,00	0,50
	10	Rede eléctrica em média tensaõ	0,79	0,00	0,79	0,00	0,79	0,00	0,79	0,00	0,79	0,79	0,00	0,00	0,79
	Sub-Total (ha)		24,49	0,00	24,49	0,00	24,49	17,82	6,67	0,00	24,49	1,29	23,20	5,38	19,11
Total (ha)			1904.01	0.00	1904.01	306.07	1597.94	271.06	1632.95	880.56	1023.45	213.15	1690.86	233.17	1670,84

Regras de Edificação

Relativamente à definição de regras para as novas edificações no espaço florestal, fora das áreas edificadas consolidadas, têm de salvaguardar na sua implantação do terreno, regras de acordo com o Decreto Lei nº 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 17/2009 de 14 de Janeiro, considerando:

1 - Proteção e Condicionismo à Habitação:

De acordo com o n.º 2 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) com risco de incêndio (mapa de perigosidade) das classes altas ou muito altas, sem prejuízo das infra-estruturas definidas nas Redes Regionais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI).

Assim, e para efeitos do n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, considera-se os seguintes condicionamentos à edificação, para vigorarem na área do Concelho de Tabuaço, durante o período de vigência do PMDFCI.

1.1 Faixa de Proteção às Edificações:

a) Em espaço florestal ou com ele confinante, as novas edificações têm que salvaguardar na sua implantação no terreno a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação;

b) As novas edificações em espaço rural, não florestal, (floresta, matos e pastagens espontâneas), localizadas nas zonas classificadas no PMDFCI como Muito Baixo, Baixo e Médio Risco de Perigosidade de Incêndio, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de proteção de 10m, 15m e 20 m, respetivamente, desde que

esteja assegurada uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas);

c) As faixas de proteção às novas edificações, tem de estar inseridas nas propriedades de que são titulares, ou seja, em terreno pertencente ao proprietário da edificação, para que o ónus da gestão de combustível da rede secundária (nº 2 do artigo 15º. Do DL 124/2006) não seja transferido para terceiros;

d) Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepõe com outra faixa de proteção inserida em rede secundária já existente, a área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para proteção dessa edificação.

1.2 Gestão de combustível na faixa e medidas de proteção às habitações:

a) No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo.

b) No estrato arbustivo e subarbustivo, deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a infra-estrutura e o limite externo da faixa de gestão de combustíveis.

c) Os estratos arbóreo, arbustivo e subarbustivo remanescentes devem ser organizados espacialmente por forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis.

d) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.

e) Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.

f) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrados de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

4.1.2.3 – RVF

Intervenções (manutenção) na Rede Viária Florestal por freguesia para 2015-2019														
Freguesia	Classes das vias da RVF (REDE_DCFI)	Comprimento total c/ nec. de interv. (km)	Comprimento total s/ nec. de interv. (km)	Compriment o total (km)	Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)									
					2015		2016		2017		2018		2019	
					C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)
Adorigo	2ª ordem	0,05	7,60	7,65	0,00	7,65	0,05	7,60	0,00	7,65	0,00	7,65	0,00	7,65
	complementar	0,21	0,00	0,21	0,00	0,21	0,21	0,00	0,00	0,21	0,00	0,21	0,00	0,21
	Sub-total	0,26	7,60	7,86	0,00	7,86	0,26	7,60	0,00	7,86	0,00	7,86	0,00	7,86
Arcos	2ª ordem	1,72	6,81	8,53	0,17	8,36	0,00	8,53	0,00	8,53	1,55	6,98	0,00	8,53
	Sub-total	1,72	6,81	8,53	0,17	8,36	0,00	8,53	0,00	8,53	1,55	6,98	0,00	8,53
Barcos e Santa Leocádia	2ª ordem	3,84	11,95	15,79	0,09	15,70	2,53	13,26	15,79	0,00	1,22	14,57	0,00	15,79
	Complementar	7,35	6,68	14,03	0,003	14,027	5,59	8,44	0,00	14,03	1,44	12,59	0,32	13,71
	Sub-total	11,19	18,63	29,82	0,093	29,727	8,12	21,70	15,79	14,03	2,66	27,16	0,32	29,49
Chavães	2ª ordem	6,90	4,77	11,67	0,03	11,64	1,54	10,13	4,62	7,05	0,71	10,96	0,00	11,67
	Complementar	6,44	1,89	8,33	3,62	4,71	1,68	6,65	0,01	8,32	0,00	8,33	1,13	7,20
	Sub-total	13,34	6,66	20,00	3,65	16,35	3,22	16,78	4,63	15,37	0,71	19,29	1,13	18,87
Granja do Tedo	Complementar	1,72	6,05	7,77	0,00	7,77	0,00	7,77	1,72	6,05	0,00	7,77	0,00	7,77
	Sub-total	1,72	6,05	7,77	0,00	7,00	0,00	7,77,	1,72	6,05	0,00	7,77	0,00	7,77
Longa	2ª ordem	4,63	5,16	9,79	0,00	9,79	3,30	6,49	1,33	8,46	0,00	9,79	0,00	9,79
	Complementar	3,61	0	3,61	0,00	3,61	1,63	1,98	0,11	3,50	1,87	1,74	0,00	3,61
	Sub-total	8,24	5,16	13,40	0,00	13,40	4,93	8,47	1,44	11,96	1,87	11,53	0,00	13,40

Intervenções (manutenção) na Rede Viária Florestal por freguesia para 2015-2019														
Freguesia	Classes das vias da RVF (REDE_DCFL)	Comprimento total c/ nec. de interv. (km)	Comprimento total s/ nec. de interv. (km)	Comprimento total (km)	Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)									
					2015		2016		2017		2018		2019	
					C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)
Paradela e Granjinha	2ª ordem	10,32	3,13	13,45	1,15	12,30	0,01	13,44	6,95	6,50	2,19	11,26	0,02	13,43
	Complementar	5,84	3,69	9,53	1,33	8,20	0,00	9,53	1,57	7,96	0,00	9,53	2,94	6,59
	Sub-total	16,16	6,82	22,98	2,48	20,50	0,01	22,97	8,52	14,46	2,19	20,79	2,96	20,02
Pinheiros e Vale de Figueira	2ª ordem	5,61	11,43	17,04	2,39	14,65	2,55	14,49	0,13	16,91	0,40	16,64	0,14	16,90
	Complementar	11,87	1,77	13,64	1,48	12,16	5,98	7,66	3,36	10,28	0,00	13,64	1,05	12,59
	Sub-total	17,48	13,20	30,68	3,87	26,81	8,53	22,15	3,49	27,19	0,40	30,28	1,19	29,49
Sendim	2ª ordem	8,00	5,88	13,88	1,00	12,88	3,70	10,18	1,12	12,76	1,33	12,55	0,85	13,03
	Complementar	3,17	9,11	12,28	0,00	12,28	0,00	12,28	3,17	9,11	0,00	12,28	0,00	12,28
	Sub-total	11,17	14,99	26,16	1,00	25,16	3,70	22,46	4,29	21,87	1,33	24,83	0,85	25,31
Tabuaço	2ª ordem	1,55	12,39	13,94	0,00	13,94	1,09	12,85	0,00	13,94	0,46	13,48	0,00	13,94
	Complementar	1,20	0,92	2,12	1,04	1,08	0,16	1,96	0,00	2,12	0,00	2,12	0,00	2,12
	Sub-total	2,75	13,31	16,06	1,04	15,02	1,25	14,81	0,00	16,06	0,46	15,60	0,00	16,06
Távora e Pereiro	2ª ordem	0,95	0,00	0,95	0,00	0,95	0,00	0,95	0,00	0,95	0,00	0,95	0,95	0,00
	Complementar	2,83	0,51	3,34	0,00	3,34	0,23	3,11	0,00	3,34	0,00	3,34	2,60	0,74
	Sub-total	3,78	0,51	4,29	0,00	4,29	0,23	4,06	0,00	4,29	0,00	4,29	3,55	0,74

Intervenções (manutenção) na Rede Viária Florestal por freguesia para 2015-2019														
Freguesia	Classes das vias da RVF (REDE_DCFI)	Comprimento total c/ nec. de interv. (km)	Comprimento total s/ nec. de interv. (km)	Comprimento total (km)	Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)									
					2015		2016		2017		2018		2019	
					C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	S/ Interv. (km)
Total 2ª ordem		43,57	84,77	128,34	4,85	123,49	14,76	113,58	14,15	114,19	7,86	120,48	1,95	126,39
Total complementar		44,25	30,69	74,94	7,48	67,46	15,47	59,47	9,94	65,00	3,31	71,63	8,05	66,89
Total		87,82	115,46	203,28	12,33	190,95	30,23	173,05	24,09	179,19	11,17	192,11	10,00	193,28

No mapa e quadros anteriormente apresentados figuram apenas a rede viária relativa aos caminhos florestais de terra batida, que vão ser sujeitos a manutenção, e que foram alvo de levantamento com GPS. Não se considerou a rede viária nacional e municipal alcatroadas.

4.1.2.4 - RPA

Intervenções (manutenção) da Rede de Pontos de Água por freguesia para 2015-2019										
Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Classe PA	Volume máximo (m3)	Tipo de Intervenção (C- Construir e/ou M – Manter/Beneficiar)				
						2015	2016	2017	2018	2019
Adorigo	7	214	Charca	Terrestre	90000		M		M	
	Sub-Total		1		90000					
Arcos	1	214	Charca	Terrestre	600	M		M		
	Sub-Total		1		600					
Barcos	15	114	Tanque de rega	Terrestre	27		M		M	
	Sub-Total		1		27					
Chavães	4	115	Outros	Terrestre	100		M			M
	Sub-Total		1		100					
Longa	5	155	Outros	Terrestre	96		M		M	
	Sub-Total		1		96					
Paradela	11	114	Tanque de rega	Terrestre	54	M		M		
	2	214	Charca	Terrestre	500	M		M		
	8	114	Tanque de rega	Terrestre	80	M		M		
	9	114	Tanque de rega	Terrestre	750	M		M		

Intervenções (manutenção) da Rede de Pontos de Água por freguesia para 2015-2019										
Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Classe PA	Volume máximo (m3)	Tipo de Intervenção (C-Construção/ M-Manutenção)				
						2015	2016	2017	2018	2019
Paradela (continuação)	6	115	Outros	Terrestre	80		M		M	
	Sub-Total		5		1464					
Sendim	12	214	Charca	Terrestre	25200			M		M
	13	214	Charca	Terrestre	7200			M		M
	14	114	Tanque de rega	Terrestre	24			M		M
	10	111	Reservatório DFCI	Terrestre	96	M		M		
	Sub-Total		4		32520					
Tabuaço	3	115	Outros	Terrestre	100		M			M
	Sub-Total		1		100					
Total			15		124907					

4.1.3. Metas e Indicadores, Estimativas de Orçamento e Responsabilidades

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia	Acção	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis						
				2015	2016	2017	2018	2019	Total	
Adorigo	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	9,68	7,65	-	13,09	-	30,42
		7		ha	-	-	-	-	6,60	6,60
		8		ha	-	-	-	7,33	-	7,33
		10		ha	-	-	-	2,64	-	2,64
		12		ha	-	0,16	-	-	-	0,16
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	Km	-	0,05	-	-	-	0,05
		3		km	-	0,21	-	-	-	0,21
	Construção e Reparação dos PA	T	Manter operacionais os pontos de água existentes	Nº	-	1	-	1	-	2
	Arcos	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	6,70	-	-	-	-
4			ha		1,71	-	2,95	7,39	12,48	24,53
8			ha		0,22	-	24,97	-	-	25,19
10			ha		2,01	-	-	-	-	1,992
11			ha		-	-	130,31	-	-	130,31

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia	Acção	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis						
				2015	2016	2017	2018	2019	Total	
Arcos (continuação)	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	km	0,17	-	-	1,55	-	1,72
	Construção e Reparação dos PA	T	Manter operacionais os pontos de água existentes	Nº	1	-	1	-	-	2
Barcos e Santa Leocádia	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	-	-	8,59	-	10,33	18,92
		2		ha	-	9,21	-	-	-	9,21
		4		ha	9,72	34,46	1,69	4,70	1,78	52,35
		7		ha	21,88	-	-	-	2,57	24,45
		8		ha	-	-	-	58,76	-	58,76
		10		ha	-	-	2,34	1,0705	-	3,41
		11		ha	-	-	75,86	-	-	75,86
		12		ha	-	1,40	-	-	-	1,40
		13		ha	-	-	-	2,69	-	2,69
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	km	0,09	2,53	-	1,22	-	3,84
		3		km	0,003	5,59	-	1,44	0,32	7,35

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia	Acção		Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					
					2015	2016	2017	2018	2019	Total
Barcos e Santa Leocádia (continuação)	Construção e Reparação dos PA	T	Manter operacionais os pontos de água existentes	Nº	-	1	-	1	-	2
Chavões	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	11,04	-	-	-	-	11,04
		4		ha	4,65	-	9,16	3,85	17,19	34,85
		8		ha	-	-	57,28	-	-	57,28
		11		ha	-	-	54,64	-	-	54,64
		12		ha	-	-	-	-	0,78	0,78
		13		ha	-	-	6,95	-	-	6,95
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	km	0,03	1,54	4,62	0,71	-	6,90
		3		km	3,62	1,68	0,01	-	1,13	6,44
	Construção e Reparação dos PA	T	Manter operacionais os pontos de água existentes	Nº	-	1	-	-	1	2
Desejosa	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	-	16,48	-	-	-	16,48
		7		ha	-	-	-	-	0,01	0,01
		10		ha	-	-	0,08	-	-	0,08

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia		Acção	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					
					2015	2016	2017	2018	2019	Total
Granja do Têdo	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	-	6,54	-	-	-	6,54
		3		ha	-	4,86	-	-	-	4,86
		4		ha	-	12,91	-	-	0,20	13,11
		8		ha	-	19,61	0,10	-	-	19,71
		10		ha	0,94	-	-	-	-	0,94
		11		ha	-	-	15,37	-	-	15,37
		13		ha	-	-	1,89	-	-	1,89
		Construção e Manutenção da RVF	3	Beneficiação da rede viária florestal	km	-	-	1,72	-	-
Longa	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	16,91	-	-	-	-	16,91
		4		ha	-	0,07	0,96	-	9,11	10,14
		8		ha	-	-	64,75	-	-	64,75
		10		ha	0,73	-	-	-	-	0,73
		11		ha	-	-	68,24	-	-	68,54
		12		ha	-	0,78	-	-	-	0,78

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia	Acção	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis						
				2015	2016	2017	2018	2019	Total	
Longa (continuação)	Rede de faixas de gestão de combustíveis	13	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	-	-	1,49	-	-	1,49
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	km	-	3,30	1,33	-	-	4,63
		3		km	-	1,63	0,11	1,87	-	3,61
	Construção e Reparação dos PA	T	Manter operacionais os pontos de água existentes	Nº	-	1	-	1	-	2
Paradela e Granjinha	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	-	-	-	-	9,51	9,51
		4		ha	11,07	-	26,24	0,59	5,63	43,53
		8		ha	-	-	-	-	68,29	68,29
		10		ha	-	-	-	-	6,4508	6,45
		11		ha	-	-	55,26	-	-	55,26
		12		ha	2,34	0,78	-	-	-	3,12
		7		ha	-	-	4,20	-	-	4,20
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	km	1,15	0,01	6,95	2,19	0,02	10,32
		3		km	1,33	-	1,57	-	2,94	5,84

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia	Acção		Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					
					2015	2016	2017	2018	2019	Total
Paradela e Granjinha (continuação)	Construção e Reparação dos PA	T	Manter operacionais os pontos de água existentes	Nº	1	-	1	-	-	2
		T		Nº	1	-	1	-	-	2
		T		Nº	1	-	1	-	-	2
		T		Nº	1	-	1	-	-	2
		T		Nº	-	1	-	1	-	2
Pinheiros e Vale de Figueira	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	15,53	-	17,91	-	-	33,44
		3		ha	-	4,43	-	-	-	4,43
		4		ha	13,79	16,59	5,82	-	18,32	54,52
		8		ha	-	73,12	-	-	-	73,12
		10		ha	-	5,431	-	-	-	5,431
		11		ha	-	-	63,03	-	-	63,03
		13		ha	-	-	6,54	-	-	6,54
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	km	2,39	2,55	0,13	0,40	0,14	5,61
		3		km	1,48	5,98	3,36	0,001	1,05	11,87
Sendim	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	-	6,85	-	-	12,21	19,06
		3		ha	-	22,15	-	-	-	22,15

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia	Acção	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					Total	
				2015	2016	2017	2018	2019		
Sendim (continuação)	Rede de faixas de gestão de combustíveis (continuação)	4	ha	19,91	-	15,63	5,20	29,95	70,69	
		8	ha	113,901	-	-	-	-	113,901	
		10	ha	-	-	-	-	7,79	7,79	
		11	ha	-	-	86,17	-	-	86,17	
		12	ha	0,78	-	-	-	1,56	2,34	
		13	ha	-	-	7,39	-	-	7,39	
	Construção e Manutenção da RVF	2	Km	1,00	3,70	1,12	1,33	0,85	8,00	
		3	km	-	-	3,17	-	-	3,17	
	Construção e Reparação dos PA	T	Nº	-	1	-	-	1	2	
		T	Nº	-	1	-	-	1	2	
		T	Nº	-	1	-	-	1	2	
		T	Nº	1	-	1	-	-	2	
Tabuaço	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	ha	-	12,12	-	-	-		
		4	ha	0,96	1,14	13,84	8,60	3,80	28,34	
		7	ha	28,74	-	-	-	-	28,74	
		8	ha	-	-	-	96,32	-	96,32	

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia	Acção		Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					Total
					2015	2016	2017	2018	2019	
Tabuaço (continuação)	Rede de faixas de gestão de combustíveis	10	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	-	-	2,23	-	-	2,23
		11		ha	-	-	9,34	-	-	9,34
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	km	-	1,09	-	0,46	-	1,55
		3		km	1,04	0,16	-	-	-	1,20
	Construção e Reparação dos PA	T	Manter operacionais os pontos de água existente	Nº	-	1	-	-	-	1
Távora e Pereiro	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	0,61	-	16,96	-	3,34	20,91
		7		ha	12,58	-	-	-	-	12,58
		10		ha	-	-	3,78	-	-	3,78
		11		ha	-	-	5,74	-	-	5,74
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	km	-	-	-	-	0,95	0,95
		3		km	-	0,23	-	-	2,60	2,83
Valência do Douro	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	-	17,82	-	-	-	17,82
		7		ha	-	-	-	-	5,38	5,38
		8		ha	-	-	-	0,50	-	0,50
		10		ha	-	-	-	0,79	-	0,79

Estimativa de Orçamento (Euros) e Responsáveis – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais									
				Indicadores mensuráveis					
Freguesia		Acção	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Adorigo	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	EP; Privados; Município	7744	6120	-	10472	-	24336
		7	REN	-	-	-	-	7920	7920
		8	A definir	-	-	-	8796	-	8796
		10	EP; EDP	-	-	-	3168	-	3168
		12	Privados	-	96	-	-	-	96
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município	-	100	-	-	-	100
		3	Município	-	420	-	-	-	420
	Construção e Reparação dos PA	T	Privados	-	8000	-	8000	-	16000
Arcos	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados	6700	-	-	-	-	6700
		4	Privados; Município	1368	-	2360	5912	9984	19624
		8	A definir	264	-	29964	-	-	30228
		10	EDP	2412	-		-	-	2412
		11	Privados	-	-	156372	-	-	156372

Freguesia				Indicadores mensuráveis					
Acção		Responsáveis		2015	2016	2017	2018	2019	Total
Arcos (continuação)	Construção e Manutenção da RVF	2	Município	340	-	3100	-	-	3440
	Construção e Reparação dos PA	T	Privados	80000	-	8000	-	-	16000
Barcos e Santa Leocádia	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados	-	-	8590	-	10330	18920
		3	Paróquia de Barcos	-	9210	-	-		9210
		4	Privados; Município	7776	27568	1352	3760	1424	41880
		7	REN	26256	-	-		3084	29340
		8	A definir	-	-	-		70512	70512
		10	EDP	-		2808	1285	-	4093
		11	Privados		-	91032	-	-	91032
		12	Privados	-	840	-	-	-	840
		13	EDP	-	-	-	3228	-	3228
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município	180	5060	-	2440	-	7680
		3	Município	6	11180		2880	640	14706
	Construção e Reparação dos PA	T	Privados	-	8000	-	8000	-	16000

Freguesia				Indicadores mensuráveis					
Acção		Responsáveis		2015	2016	2017	2018	2019	Total
Chavães	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados	11040	-		-	-	11040
		4	Privados	3720	-	7328	3080	13752	27880
		8	A definir	-	-	68736		-	68736
		11	Privados	-	-	65568	-	-	65568
		12	Privados	-	-	-	-	468	468
		13	ENEOP2	-		8340	-	-	8340
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município	60	3080	9240	1420	-	13800
		3	Município	7240	3360	20	-	2260	12880
	Construção e Reparação dos PA	T	Município	-	8000	-	-	8000	16000
Desejosa	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	Município	-	13184	-	-	-	13184
		7	REN	-	-	-	-	12	-
		10	EDP	-	-	96	-	-	-

				Indicadores mensuráveis					
Freguesia	Acção		Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Granja do Têdo	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados	-	6540	-	-	-	6540
		3	Paróquia de Granja do Têdo	-	4860	-	-	-	4860
		4	Privados; Município	-	10328	-	-	160	10488
		8	A definir		23532	120	-	-	23652
		10	EDP	1128	-	-	-	-	
		11	Privados	-	-	18444	-	-	18444
		13	ENEOP2	-	-	2268	-	-	2268
	Construção e Manutenção da RVF	3	Município	-	-	3440	-	-	3440
Longa	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados	16910	-	-	-	-	16910
		4	Privados	-	56	768	-	7288	8112
		8	A definir	-	-	77700	-	-	77700
		10	EDP	876	-	-	-	-	876
		11	Privados	-	-	81888	-	-	81888
		12	Privados	-	468	-	-	-	468
		13	ENEOP2	-	-	1788	-	-	1788

Freguesia				Indicadores mensuráveis					
Acção			Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Longa (continuação)	Construção e Manutenção da RVF	2	Município	6600	2660	-	-	-	9260
		3	Município	-	3260	220	3780	-	7260
	Construção e Reparação dos PA	T	Município	-	8000	-	8000	-	16000
Paradela e Granjinha	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados	-	-	-	-	9510	9510
		4	Privados; EP; Município	8856		20992	472	4504	34824
		8	A definir	-	-	-	-	81948	81948
		10	EDP	-	-	-	-	7741	7741
		11	Privados	-	-	66312	-	-	66312
		12	Privados	1404	468	-	-	-	1872
		13	ENEOP2	-	-	5040	-	-	5040
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município	2300	20	13900	4380	40	20640
		3	Município	2660	-	3140	-	5880	11680
	Construção e Reparação dos PA	T	Privados	8000	-	8000	-	-	16000
		T	Privados	8000	-	8000	-	-	16000
		T	Privados	8000	-	8000	-	-	16000
		T	Privados	8000		8000	-	-	16000
		T	Privados	-	8000	-	8000	-	16000

Freguesia			Acção	Responsáveis	Indicadores mensuráveis					Total
					2015	2016	2017	2018	2019	
Pinheiros e Vale de Figueira	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados		15530	-	17910	-	-	33440
		3	Junta de Fregueisa		-	4430	-	-	-	4430
		4	Privados; Município		11032	13272	4656	-	14656	43616
		8	A definir		-	87744	-	-	-	87744
		10	EDP		-	6517	-	-	-	6517
		11	Privados		-	75636	-	-	-	75636
		13	ENEOP2		-	-	7848	-	-	7848
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município		4780	5100	260	800	280	11220
		3	Município		2960	11960	6720	2	2100	23742
Sendim	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados		-	6850	-	-	12210	19060
		3	Junta de Freguesia; Fábrica da Igreja		-	22150	-	-	-	22150
		4	Privados ;EP ; Município		15928	-	12504	4160	23960	56552
		8	A definir		136681	-	-	-	-	136681
		10	EDP		-	-	-	-	9348	9348
		11	Privados		-	-	103404	-	-	103404
		12	Privados		468	-	-	-	936	1404

Freguesia		Acção	Responsáveis	Indicadores mensuráveis					
				2015	2016	2017	2018	2019	Total
Sendim (continuação)	Rede de faixas de gestão de combustíveis (continuação)	13	ENEOP2	-		8868	-	-	8868
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município	2000	7400	2240	2660	1700	16000
		3	Município	-	-	6340	-	-	6340
	Construção e Reparação dos PA	T	Privados	-	8000	-	-	8000	16000
		T	Privados	-	8000	-	-	8000	16000
		T	Privados	-	8000	-	-	8000	16000
		T	Município	8000	-	8000	-	-	16000
Tabuaço	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados	-	12120	-	-	-	12120
		4	Privados; EP; Município	768	912	11072	6880	3040	22672
		7	REN	34488	-	-	-	-	34488
		8	A definir	-	-		115584	-	115584
		10	EDP	-	-	2676	-	-	2676
		11	Privados	-	-	11208	-	-	11208
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município	-	2180		920	-	3100
		3	Município	2080	320	-	-	-	2400
	Construção e Reparação dos PA	T	Município	-	8000	-	-	-	8000

Freguesia			Acção		Responsáveis		Indicadores mensuráveis					
							2015	2016	2017	2018	2019	Total
Távora e Pereiro	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados			-	8980	-	-	-	-	8980
		4	Privados; Ep			488	-	13568	-	2672	16728	
		7	REN			15096	-	-	-	-	15096	
		10	EDP			-	-	4536	-	-	4536	
		11	Privados			-	-	6888	-	-	6888	
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município			-	-	-	-	19000	19000	
		3	Município			-	460	-	-	5200	5660	
Valência do Douro	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	Município; EP			-	14256	-	-	-	14256	
		7	REN			-	-	-	-	6456	6456	
		8	A definir			-	-	-	600	-	600	
		10	EDP			-	-	-	948	-	948	
TOTAL						407595	421061	1105984	298206	308574	2501101	

Os valores apresentados são de referência e têm por base os valores atualmente praticados pelos prestadores de serviços nas áreas em causa.

No que diz respeito às áreas cuja responsabilidade é da Câmara Municipal verificam-se ser orçamentos extremamente elevados não tendo o Município capacidade financeira para a sua total execução pelo que, se está dependente de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

4.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO

REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

4.2.1. Avaliação

4.2.1.1 Comportamentos de Risco

Grupo alvo	O quê?	Comportamento de Risco		Quando	
		Como?	Onde?		
Pastores	Renovação de Pastagens	Queima de matos e herbáceas	Longa	Julho	10/07
População	Vandalismo	Fogo por prazer de destruir	Sendim	Setembro	25/09
Agricultores	Limpeza de solo Agrícola	Queima de combustíveis agrícolas	Barcos	Abril	20/04
Agricultores	Borraheiras	Queima de restos de agricultura	Barcos	Agosto	10/08
Festeiros	Festa de Santo Antão	Uso de fogo de artifício	Desejosa	Janeiro	17/18
	Festa de S. Sebastião	Uso de fogo de artifício	Balsa	Janeiro	20/21
	Festa de N.ª Sr.ª da Ribeira	Uso de fogo de artifício	Valença do Douro	Março	25/26
	Festa de S. Marcos	Uso de fogo de artifício	Guedieiros	Abril	25/26
	Festa de S. João	Uso de fogo de artifício	Tabuaço	Junho	22/29
	Festa de S. Pedro	Uso de fogo de artifício	Granjinha	Junho	29/30
	Festa de Santo Aleixo	Uso de fogo de artifício	Santo Aleixo	Julho	17/18
	Festa de Santa Maria Madalena	Uso de fogo de artifício	Cabriz	Julho	22/23
	Festa de Nossa Senhora dos Milagres	Uso de fogo de artifício	Chavães	Julho	29/30
	Festa da Nossa Senhora do Bom Juízo / Festa de Nossa Senhora de Conduzente	Uso de fogo de artifício	Adorigo	Agosto	1º Domingo
	Festa da Nossa Senhora da Saúde	Uso de fogo de artifício	Longa	Agosto	1º Domingo
	Festa de Nossa Senhora das Neves	Uso de fogo de artifício	Granja Do Tedo	Agosto	4/5

Grupo alvo	Comportamento de Risco				
	O quê?	Como?	Onde?	Quando	
Festeiros	Festas de N. Sra. Da Saúde	Uso de fogo de artifício	Longa	Agosto	5/7
	Festa de Santa Bárbara	Uso de fogo de artifício	Pereiro	Agosto	13/14
	Festa de Nossa Senhora do Sabroso	Uso de fogo de artifício	Barcos	Agosto	14/15
Festeiros	Festa de S. Mamede	Uso de fogo de artifício	Paradela	Agosto	16/17
	Festa de S. Bartolomeu	Uso de fogo de artifício	Santa Leocádia	Agosto	23/25
	Festa do S. do Calvário	Uso de fogo de artifício	Carrazedo	Agosto	26/27
	Festa de Santa Eufémia	Uso de fogo de artifício	Pinheiros	Setembro	15/17
	Festa de S. Martinho	Uso de fogo de artifício	Chavães	Novembro	10/11
	Festa de Nossa Senhora da Apresentação	Uso de fogo de artifício	Vale de Figueira	Novembro	19/20
	Festa de Nossa Senhora da Conceição	Uso de fogo de artifício	Tabuaço	Dezembro	7/8
	Festa de Santa Luzia	Uso de fogo de artifício	Sendim	Dezembro	13 ou Domingo seguinte
	Festa de S. Silvestre	Uso de fogo de artifício	Arcos	Dezembro	30/31
Apicultor	Realização de fumigação	Sem considerar as medidas de segurança	Todo o Concelho	Primavera e Verão	Primavera e Verão
Proprietários Florestais / Agricultor	Realização de queima de sobranes	Sem considerar as medidas de segurança	Todo o Concelho	Primavera e Verão	Primavera e Verão

A tabela apresentada é baseada no histórico dos incêndios apresentado no Caderno I, contendo também outras situações inerentes de risco incêndio que achamos pertinentes.

Apresentam-se aqui também apenas algumas situações concretas, nomeadamente no que diz respeito a renovação de pastagens, vandalismo, limpeza do solo agrícola e borralheiras, pelo que sabemos que existem mais ocorrências com este tipo de causas.

4.2.2.1 Fiscalização

Uma vez que não foi possível estabelecer um diagnóstico de acordo com o solicitado no guia de elaboração do PMDFCI, como já foi referido, não é possível apresentar no momento a estruturação de acordo com o solicitado para a área específica da Fiscalização, pelo que no quadro seguinte apenas se referem as informações disponíveis.

Área de Actuação	Grupo Alvo	Período de Actuação	Entidade responsável	Meios Envolvidos Recursos Humanos	Recursos Materiais	Actividade Desenvolvida
Todo o concelho	Todos	Todo o ano	Município - GTF	1	1 viatura	Fiscalização das actividades relacionadas com o fogo em espaços florestais
Todo o concelho	Todos	Todo o ano	GNR - SEPNA	6	2 viaturas	Fiscalização das actividades relacionadas com o fogo em espaços florestais
Todo o concelho	Todos	Período crítico	GNR - GIPS	20	2 viaturas	Fiscalização das actividades relacionadas com o fogo em espaços florestais

4.2.2. Planeamento das ações do 2 Eixo Estratégico

4.2.2.1. Sensibilização da População

Adaptando-nos à realidade e ao resultado do conhecimento geral dos grupos-alvo apresentam-se as possíveis acções a ser desenvolvidas, neste concelho, no âmbito deste eixo estratégico.

Objectivo Estratégico: Conceber uma Campanha de Sensibilização destinada a educar e sensibilizar a população deste concelho, perspectivando a melhoria e o conhecimento das causas dos incêndios e as suas motivações.

Objectivos operacionais: A Campanha de Sensibilização dirigir-se-à à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, Caçadores e Proprietários/Produtores Florestais. É alvo desta sensibilização também a população escolar educando e sensibilizando as crianças em idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos.

Salientam-se ainda outros objectivos que se enquadram no âmbito deste plano de sensibilização, tais como:

- preservar o património florestal comum, em especial, a sensibilização para as questões florestais neste concelho;
- contribuir para saber viver e reconhecer a floresta enquanto elemento essencial para o equilíbrio ecológico e ambiental;
- fazer perceber a floresta enquanto riqueza nacional e fomentar o espírito de cidadania.

Assim, torna-se necessário divulgar e sensibilizar a população para todos os riscos inerentes a uma floresta mal cuidada, não se aceitando esta realidade como um fatalismo, valendo a pena equacionar a hipótese de que todos podemos e devemos proteger um bem comum e vital.

As actividades que constituem o plano de acção decorrerão enquadradas com o cronograma que se apresentará mais adiante. No quinquénio anterior (2008-2012) foram efectuadas algumas sessões de sensibilização tendo esta câmara através do GTF diligenciado acções de sensibilização por todo o concelho com o apoio da OPF Ribaflores. Algumas destas acções estiveram enquadradas no Plano de sensibilização da ICNF em que a referida OPF estava envolvida. Preconiza-se novamente as mesmas acções para o Concelho, salvaguardando sempre que estão sujeitas e dependentes da aprovação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

A sensibilização que se pretende realizar apresenta várias iniciativas:

- I. Elaborar panfletos e material didáctico;
- II. Realizar ciclos de sessões de sensibilização nas juntas de freguesia;
- III. Realizar ciclos de sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, assinalando e comemorando datas especiais – 21 de Março (Dia Mundial da Floresta).

Sensibilização da População - Ações de Sensibilização								
Acção	Data	Local	Objetivos	Indicadores				
				2015	2016	2017	2018	2019
Elaboração de panfletos e material didático	Antes do Período Crítico	Juntas de Freguesia e Centros Escolares	Pretendem-se divulgar as acções de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.		Concepção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didático	2000 panfletos 1500 lápis		2000 panfletos 1500 lápis
Ações de Sensibilização nas Juntas de Freguesia	Antes do Período Crítico	As três Juntas de maior concentração populacional	Sensibilizar os agricultores/pastores/população rural e população em geral (incluindo campistas/turistas) sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.		Uso do fogo durante o período crítico	Educação ambiental e florestal	Uso do fogo durante o período crítico	Educação ambiental e florestal
Sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	21 de Março	Centros Escolares de Tabuaço	Com a realização destas sessões pretende-se contribuir para a sensibilização e informação dos alunos para a importância da floresta e sua protecção, com ênfase na prevenção dos incêndios florestais.	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta

4.2.2.2. Fiscalização

Por se considerar todo o Concelho prioritário não se apresentam as zonas prioritárias.

4.2.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento da Sensibilização e Fiscalização

Sensibilização da População – Metas e Indicadores						
Acção	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Elaboração de panfletos e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos, pretendem-se divulgar as acções de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. O material didáctico será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.		Conceção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didáctico	2000 panfletos 1500 lápis		2000 panfletos 1500 lápis
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta actividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma activa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a actualidade, as sessões anuais devem abordar subtemas da sensibilização estruturante.		3 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	3 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	3 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	3 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal
Realizar sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	Pretende assinalar-se a data relevante relacionada com as actividades de sensibilização nas escolas. Assim, considera-se a seguinte data: Dia Mundial da Floresta (21 de Março) Esta actividade contempla diversas acções, tais como, visitas às escolas, entre outros, pretendendo-se que estas datas especiais sejam sempre lembradas.	Escolha de 2 freguesias/escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias/escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias/escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias/escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias/escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano

No enquadramento em que a floresta portuguesa é encarada como uma efectiva prioridade nacional, e regional, importa mudar profundamente a relação da sociedade com a floresta, agindo de forma concertada no sector florestal e criando condições para a implementação de acções de natureza estrutural cuja concretização imediata se impõe face à necessidade de dar primazia à gestão e preservação do património florestal existente em harmonia com as actividades humanas.

Sendo assim a sensibilização dos cidadãos para o risco de ignição, propagação de incêndios e para a importância da fileira florestal é um importante objectivo deste plano.

Para que a Sensibilização seja eficaz torna-se necessário efectuar um estudo para determinar os grupos-alvo de modo a poder-se efectuar um melhor planeamento das acções a implementar junto de cada grupo.

Relativamente à fiscalização torna-se difícil no momento estabelecer metas e indicadores uma vez que deveríamos trabalhar sobre o estudo diagnóstico que não pôde ser efetuado devido à limitação nos dados disponíveis.

Fiscalização - Metas e Indicadores						
Acção	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Fiscalização das actividades relacionadas com o fogo em espaços florestais	Redução do nº de incêndios	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências

Sensibilização da População – Estimativa de Orçamento e Responsáveis							
Acção	Metas	Responsáveis	Orçamento (euros)				
			2015	2016	2017	2018	2019
Elaboração panfletos e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos, pretendem-se divulgar as acções de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. O material didáctico será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.	GTF(em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCL)		500	1500		1500
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta actividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma activa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a actualidade, as sessões anuais devem abordar sub temas da sensibilização estruturante.	GTF(em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCL)		2000	2000	2000	2000
Realizar sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	Pretende assinalar-se a data relevante relacionada com as actividades de sensibilização nas escolas. Assim, considera-se a seguinte data: Dia Mundial da Floresta (21 de Março) Esta actividade contempla diversas acções, tais como, visitas às escolas, entre outros, pretendendo-se que estas datas especiais sejam sempre lembradas.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCL)	600	600	600	600	600
Total			600	3100	4100	2600	4100

Como se pode observar pelo quadro atrás apresentado a responsabilidade da sensibilização preconizada passa pelo Município sendo que, para fazer face às despesas a Câmara irá estar dependente da aprovação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

No que diz respeito à orçamentação desta área da fiscalização apresenta-se apenas o orçamento referente à ação do GTF uma vez que para as outras entidades é difícil essa quantificação.

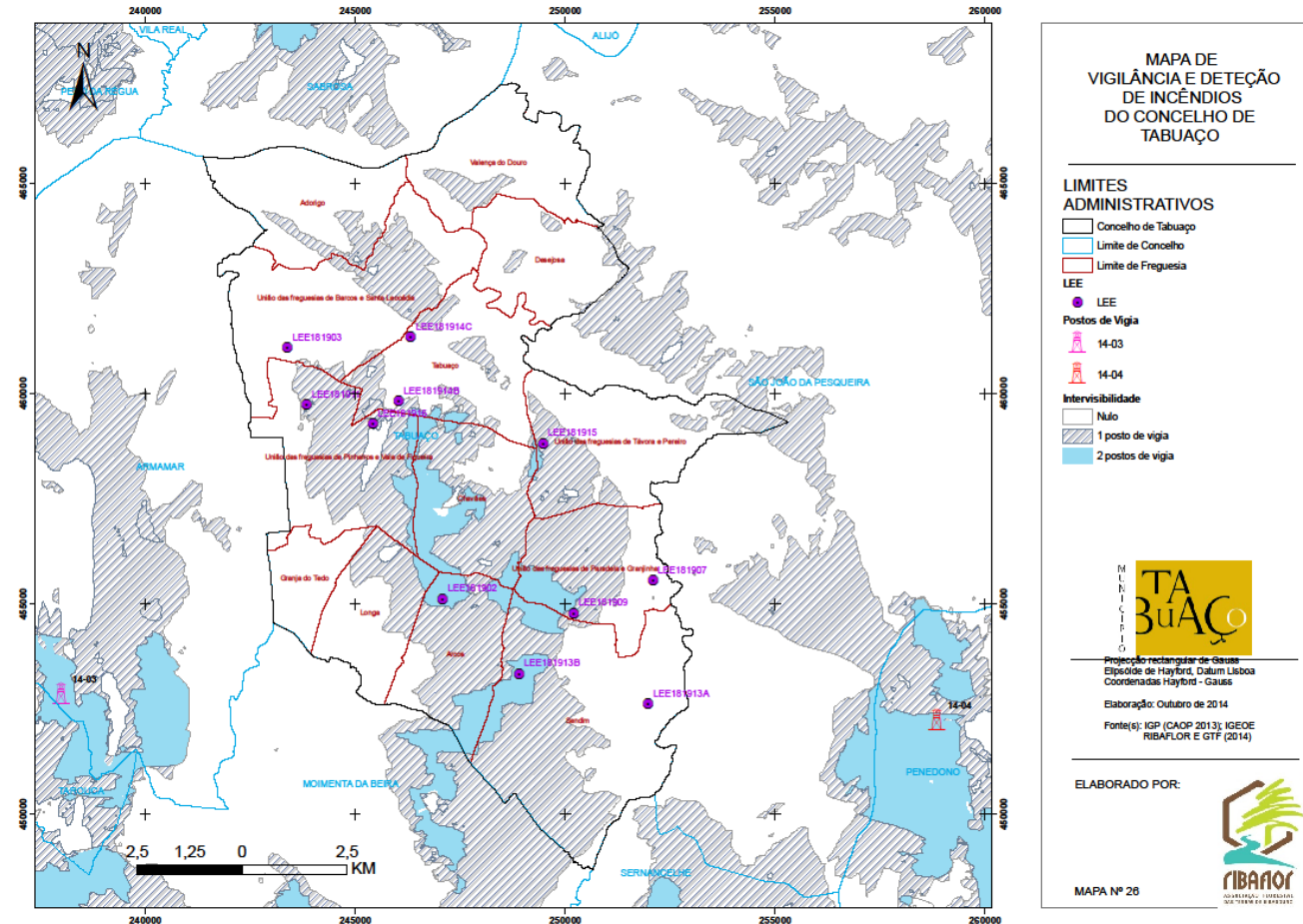
Fiscalização – Estimativa de Orçamento e Responsáveis							
Acção	Metas	Responsáveis	Orçamento (euros)				
			2015	2016	2017	2018	2019
Fiscalização das actividades relacionadas com o fogo em espaços florestais	Redução do nº de incêndios	GTF	4000	4000	4000	4000	4000
Total			4000	4000	4000	4000	4000

4.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO

MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS

4.3.1. Avaliação

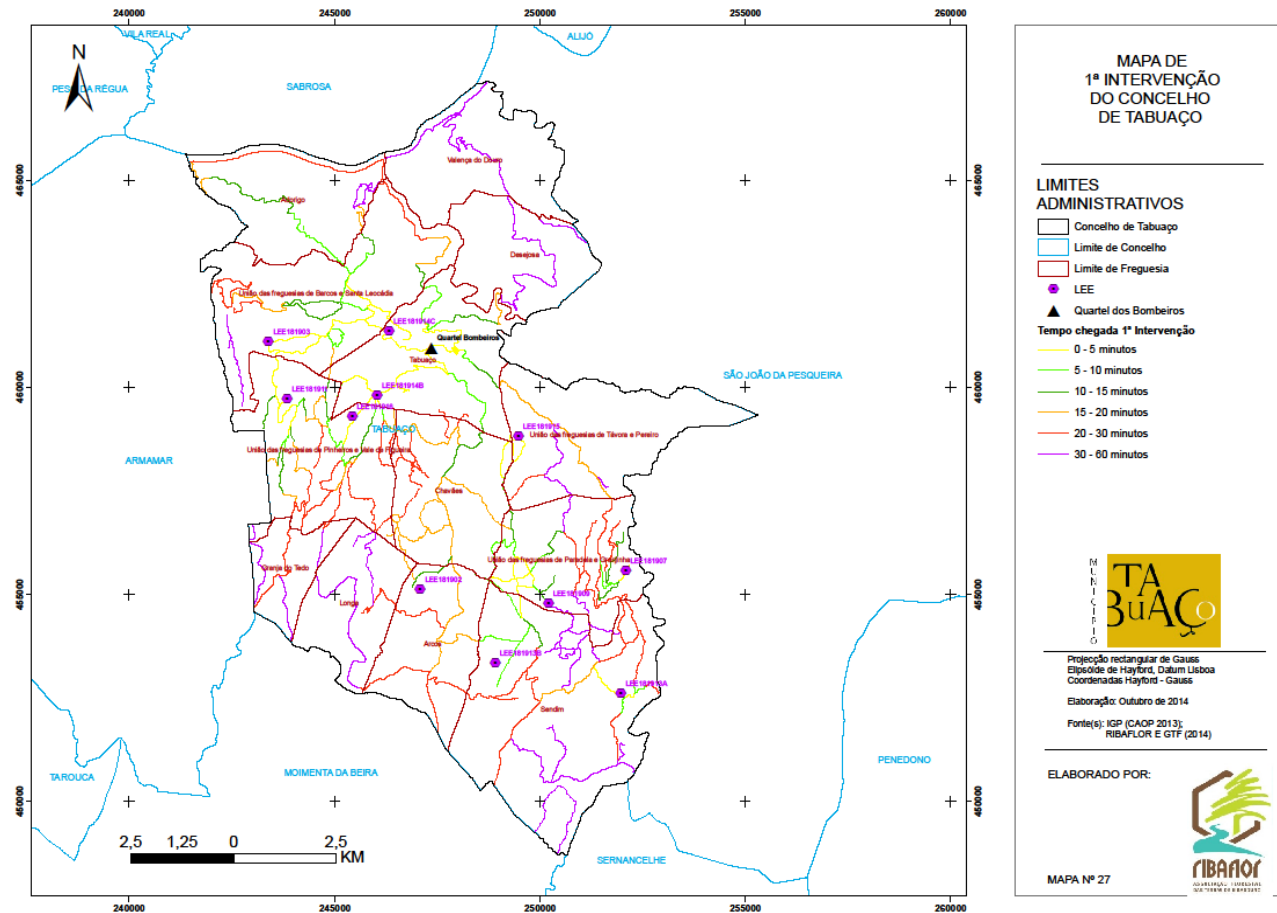
4.3.1.1. Vigilância e Detecção



Índice entre o número de incêndios e o número total de equipas de Vigilância (2013)				
FASES DE PERIGO		2013		
		Nº de Equipas	Nº de Incêndios	Índice
Alfa	1 Jan. a 14 Mai	4	4	1
Bravo	15 Mai a 30 Jun	4	1	0,25
Charlie	1 Jul a 30 Set	4	17	4,25
Delta	1 Out a 30 Out	4	3	0,75
Echo	1 Nov a 31 Dez	4	3	0,75

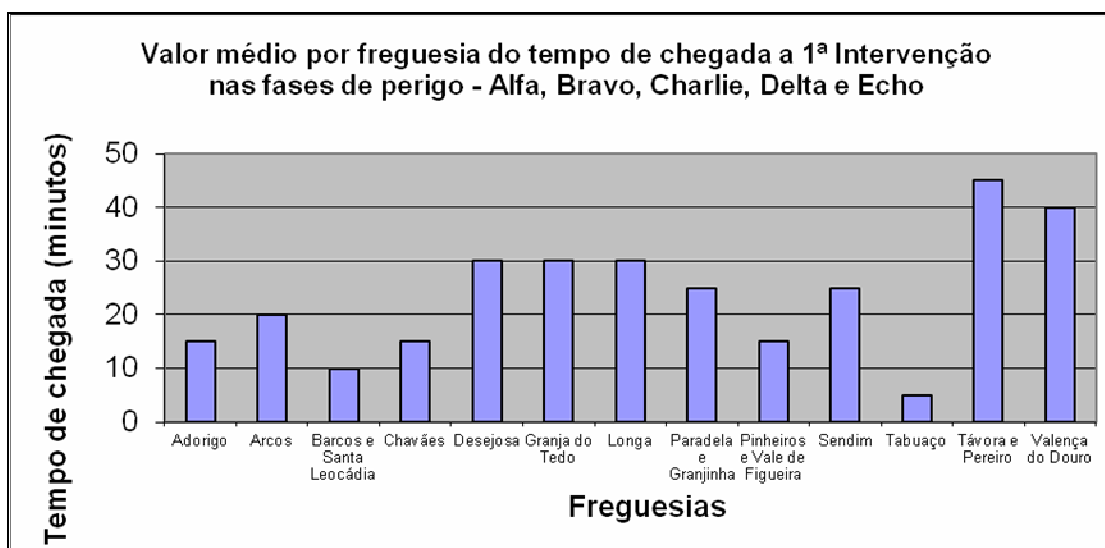
Relativamente ao nº de equipas existentes, correspondem à equipe de sapadores florestais deste concelho, GNR (Comando territorial), GIPS e postos de vigia, contabilizando uma equipa cada.

4.3.1.2. 1ª Intervenção



Índice entre o número de incêndios, número de equipas e número de elementos de 1ª intervenção (2013)					
FASES DE PERIGO		2013			
		Nº de Equipas	Nº de Elementos	Nº de Incêndios	Índice
Alfa	1 Jan. a 14 Mai	3	140	4	1,33
Bravo	15 Mai a 30 Jun	5	140	1	0,2
Charlie	1 Jul a 30 Set	5	140	17	3,4
Delta	1 Out a 30 Out	5	140	3	0,6
Echo	1 Nov a 31 Dez	3	140	3	1

De referir que na fase Alfa e Echo as equipas existentes correspondem à equipe de sapadores florestais deste concelho, bombeiros voluntários de Tabuaço e GNR, contabilizando uma equipa cada. Na fase Bravo, Charlie e Delta, os bombeiros apresentam-se com três equipas. O gráfico abaixo indica o tempo de chegada para a 1ª Intervenção, sendo que se considera o mesmo tempo de chegada em todas as fases de perigo.



4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio

ANO	Nº REACENDIMENTOS
2002	0
2003	1
2004	1
2005	0
2006	1
2007	0
2008	1
2009	2
2010	3
2011	2
2012	0
2013	3
TOTAL	14

Entre 2002 e 2013 registaram-se 14 reacendimentos, sendo que o ano em que registou um maior nº de reacendimentos, foi 2010, coincidindo também com o ano em que houve maior área ardida. Apesar de este número não ser muito elevado, o ideal é a sua abolição, pelo que os objetivos deste plano passam por essa intenção, tendo especial atenção na fase de rescaldo e vigilância pós-incêndio.

4.3.2. Planeamento das Ações

4.3.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento

Apresentam-se de seguida as metas genéricas, no que se refere a este 3º eixo estratégico, para todo o concelho, incidindo sobretudo na área florestal existente. Assim, em todos os anos e durante todo o ano (fases Afla, Bravo, Charlie, Delta e Echo) estas ações têm incidência na totalidade da área florestal. Tendo em conta o dispositivo ser o mesmo nas diferentes fases de perigo, as metas definidas são referentes a todas as fases de perigo.

Metas e Indicadores – Vigilância e Detecção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio											
Freguesia	Acção	Área total	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					Total	%
					2015	2016	2017	2018	2019		
Todo o Concelho	Vigilância e Detecção	Toda a área florestal 8139,67 ha	Aumentar a detecção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, com a presença de equipas no espaço florestal, contribuir para a dissuasão.	ha	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	100%
			Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.								
	1ª Intervenção	Toda a área florestal 8139,67 ha	Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.	ha	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	100%
			Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.								
	Combate	Toda a área florestal 8139,67 ha ha	Aumentar a eficácia na resposta ao alerta e no ataque de modo a reduzir a área ardida.	ha	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	100%
	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Toda a área florestal 8139,67 ha	Implementar e efectivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos.	ha	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	8139,67	100%
			Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.								

No que à orçamentação do 3º eixo diz respeito torna-se difícil a sua apresentação, para as várias entidades envolvidas, uma vez que algumas funcionam até ao nível intermunicipal, de modo que se refere apenas a previsão do orçamento para as actividades que serão levadas a cabo directamente pelo Município.

Orçamento das Acções Propostas – Vigilância e Detecção, 1ª Intervenção, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio								
Freguesia	Acção	Metas	Responsáveis	Indicadores mensuráveis (euros)				
				2015	2016	2017	2018	2019
Todo o Concelho	Vigilância e Detecção	Aumentar a detecção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, com a presença de equipas no espaço florestal, contribuir para a dissuasão.	Município	20 500	20 500	20 500	20 500	20 500
		Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.	Município em colaboração com OPF	-	15 000	15 000	15 000	15 000
	1ª Intervenção	Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.	Município	20 500	20 500	20 500	20 500	20 500
		Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.	Município em colaboração com OPF	-	15 000	15 000	15 000	15 000
	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Implementar e efectivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos.	Município	20 500	20 500	20 500	20 500	20 500
		Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.	Município em colaboração com OPF	-	15 000	15 000	15 000	15 000
TOTAL				61 500	106 500	106 500	106 500	106 500

Os valores apresentados estão na sua maioria dependentes de candidaturas a programas nacionais e comunitários de apoio para as áreas específicas de DFCI.

4.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO

RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS

4.4.1. Avaliação

4.4.1.1. Estabilização de Emergência

No momento da elaboração deste Plano, não existe um levantamento exaustivo das áreas com necessidade de estabilização de emergência.

De referir apenas que devido à ocorrência do grande incêndio de 2010 com cerca de 1500 ha ardidos, este Município, elaborou uma candidatura na âmbito da Estabilização de Emergência, para a área ardida, contemplando, a regularização e consolidação da superfície de caminhos, construção de valetas e valas de drenagem, limpeza e desobstrução dos leitos, obras de correção torrencial de pequena dimensão e sementeira de espécies de cobertura do solo.

À semelhança do que foi feito em 2010, este Município, prevê já algumas ações a efetivar no âmbito da estabilização de emergência, aquando a ocorrência de um grande incêndio, nomeadamente:

- estabilização de taludes;
- a regularização e consolidação da superfície de caminhos em zonas mais declivosas;
- construção de valetas e valas de drenagem
- limpeza e desobstrução dos leitos

4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats Florestais

Neste parâmetro também não existe ainda, um levantamento exaustivo das áreas a intervir. No entanto, e tendo em conta a necessidade de intervenção que poderá advir da ocorrência de novos incêndios, apresentam-se de seguida algumas acções a desenvolver e cuja programação se apresentará no seguimento deste documento.

4.4.2. Planeamento

4.4.2.1 Estabilização de Emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats

Prevê-se para, o período de vigência deste Plano, a elaboração de um guia de procedimentos a adotar para a efetivação da estabilização de emergência, das áreas percorridas por incêndios, bem como para a reabilitação de povoamentos e habitats florestais.

Das ações a desenvolver no âmbito do atrás descrito após o estudo e recolha de informação sobre os assuntos abordados, preconiza-se:

Promover Acções de Silvicultura em Zonas de Regeneração Natural

A limpeza de matos não deve constituir uma ameaça à regeneração natural. A condução da regeneração natural existente é uma das medidas de florestação mais inteligentes a utilizar.

É necessário intervir à medida que a regeneração natural se desenvolve. Os elementos mais interessantes têm de ser preservados, para que venham constituir o andar de espécies dominantes. No concelho há algumas zonas de regeneração em que tem de se intervir. Os cuidados culturais a ter em conta são as limpezas de mato, desbastes do andar dominado e desramações nos andares dominantes, para que as novas árvores cresçam bem conformadas.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efectivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

Promover Acções de Silvicultura em Zonas de Linhas de Água

Nas linhas de água, que devido à elevada sensibilidade ecológica e paisagística que apresentam, será prevista a realização de limpezas manuais ligeiras a moderadas, ao longo

das que apresentem maior acumulação de combustível susceptível de promover a propagação de fogo, de forma a aumentar o “efeito-tampão” produzido por estes locais.

Assim, a gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo com alguma frequência (devido quer à sua posição topográfica, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climáticas e edáficas desfavoráveis).

Promover Acções de Gestão de Pastagens

O uso do fogo controlado constituirá uma ferramenta importante para gerir os matos inconvenientes em zonas de pastoreio, evitando desta forma o fogo intencional (causas humanas).

Dever-se-ão promover pastagens melhoradas, sempre que possível, nas zonas desarborizadas.

Promover Acções em Áreas Desarborizadas com Características Especiais

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objectivo de reduzir localmente a velocidade do vento e interceptar faúlhas e outros materiais incandescentes. Estas deverão estar estrategicamente localizadas em áreas desarborizadas (fundos de vales com elevada pendente, cumeadas, portelas, cristas de escarpa ou faixas de protecção a linhas eléctricas) e ser perpendiculares à direcção predominante do vento.

Actividades de Estudo	Calendarização	Responsabilidade
Cadastro de áreas de Pastoreio e Pastores	De 1/01/2015 até 30/06/2016	GTF
Cadastro de áreas com reconhecida importância de Regeneração Natural	De 1/01/2015 até 30/06/2016	GTF
Levantamento das Manchas Florestais de espécies autóctones a defender	De 1/01/2015 até 30/06/2016	GTF
Levantamento das áreas desarborizadas com características especiais	De 1/01/2016 até 30/08/2017	GTF
Monitorização das linhas de água para identificação de eventuais situações que necessitem de Intervenção	De 01/01/2015 até 30/08/2016	GTF

Orçamento das Acções Propostas – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas						
Acções	Responsáveis	Indicadores mensuráveis (euros)				
		2015	2016	2017	2018	2019
Cadastro de áreas de Pastoreio e Pastores	GTF	-	-	2 000	-	-
Cadastro de áreas com reconhecida importância de Regeneração Natural	GTF	-	-	2 500	-	-
Levantamento das Manchas Florestais de espécies autóctones a defender	GTF	-	-	2 000	-	-
Levantamento das áreas desarborizadas com características especiais	GTF	-	-	-	2 500	-
Monitorização das linhas de água para identificação de eventuais situações que necessitem de Intervenção	GTF	-	-	2 500	-	-
Total		-	-	9000	2500	-

Apenas se apresenta o orçamento para o estudo sendo que o orçamento para as acções decorrentes do mesmo se apresentará apenas quando se verificar condições de execução das mesmas.

4.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO

ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

3.5.1 Avaliação

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº de Elementos
Vigilância, Detecção e 1ª Intervenção	Sapadores Florestais	5
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Sapadores Florestais	5

3.5.1.1 Formação

Neste momento apenas apresentamos as necessidades de formação para a equipe de sapadores florestais deste Concelho.

3.5.2 Planeamento das Ações

3.5.2.1 Organização SDFCI

SDFCI – Competências de Coordenação e Competências significativas												
Áreas e vertentes Decreto-Lei n.º 124/2006 Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006		Prevenção Estrutural			Prevenção			Combate				
		Planeamento DFCI	Organização do Território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e Patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós- incêndio
Entidades												
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	reg										
Outros proprietários e Gestores Florestais (Ass. Prod. Agro-florestais de Sendim)		loc		nac/reg/dist/mun								
Municípios	CMDFCI/GTF	mun		mun/loc								
	SMPC	mun		mun/loc								
	Outros Serviços Municipais			mun/loc								
Juntas de Freguesia		loc										
Exército	Engenharia Militar											
	Outras unidades											
Equipa de Sapadores Florestais												
Entidades Detentoras de Máquinas												
Entidades Gestoras de Zonas de Caça												
GNR	GIPS			loc								
	SEPNA			loc								
	Brigadas Territoriais											
ANPC	CNOS/Meios Aéreos	nac		nac					nac	nac	nac	nac
	CDOS	dist							dist	dist	dist	dist
	Equipas de Combate a Incêndios											
Bombeiros Voluntários de Tabuaço (com EIP)				mun/loc								
Municípes, proprietários florestais e visitantes												

nac- nacional, reg- regional, dist- distrital, mun- municipal, loc- local

	Sem intervenção significativa		Com competências significativas		Com competências de coordenação		Deveres cívicos
--	-------------------------------	--	---------------------------------	--	---------------------------------	--	-----------------

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº de Elementos	Orçamento				
			2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância, Detecção e 1ª Intervenção	Sapadores Florestais	5		1250			1400
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Sapadores Florestais	5		1250			1400
Total				2500			2800

Apenas se apresenta o orçamento para a formação da equipe de sapadores florestais, sendo os elementos que se apresentam com necessidade de formação no âmbito da reciclagem destes módulos, estando esta dependente da existência de entidades como o ICNF ou externas que proporcionem estas formações até de forma gratuita.

São constituintes da CMDFCI as entidades envolvidas na DFCI no concelho de Tabuaço:

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
Município de Tabuaço
Representante das Juntas de Freguesia
Bombeiros Voluntários de Tabuaço
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
Guarda Nacional Republicana
CTOE – Centro de Tropas e Operações Especiais
Ribaflor – Associação Florestal das Terras de Ribadouro
Associação de produtores Agro-Florestais de Sendim
Associação Florestal e Turística Pedra do Cavalo
Sociedade Vitícola Foz do Távora

As atribuições e responsabilidades das entidades que figuram no quadro não são aqui referidas uma vez que o foram sendo ao longo do trabalho apresentado.

A CMDFCI tem o apoio técnico do GTF do Município de Tabuaço financiado pelo Fundo Florestal Permanente:

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
Eng. ^a Maria João Moutinho

Cronograma	Ordem de trabalhos
1 a 15 Abril	Aprovação do plano operacional municipal e alteração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios sempre que se justifique
1 a 15 de Junho	Definir o início da época estival e ajuste entre as diversas entidades envolvidas nas ações a realizar
Novembro/Dezembro	Balanco do período e monitorização do PMDFCI
Sempre que se justifique a CMDFCI reunirá fora destas datas	

A CMDFCI elaborou o presente PMDFCI para um período de 5 anos, de 2015 a 2019, com revisão anual ou sempre que a mesma o considere necessário;

A revisão do POM será anual tendo, o mesmo, que ser aprovado até dia 15 de Abril do ano em questão;

A CMDFCI monitoriza o desenvolvimento das acções previstas nos programas de acção do PMDFCI, efectuando um relatório de execução no final de cada ano de vigência do plano com a colaboração técnica do GTF.

Eixos Estratégicos	Estimativa de Orçamento Total (Euros)					Total/eixo
	2015	2016	2017	2018	2019	
1º Eixo Estratégico	407.595	421.061	1.105.984	298.207	308.575	2.501.102
2º Eixo Estratégico	4.600	7.100	8.100	6.600	8.100	34.500
3º Eixo Estratégico	61.500	106.500	106.500	106.500	106.500	381.000
4º Eixo Estratégico	0	0	9.000	2.500	0	11.500
5ºº Eixo estratégico	0	2.500	0	0	2.800	5.300

Total/ano	412195	430661	1123084	307307	319475
------------------	---------------	---------------	----------------	---------------	---------------

Total PDMFCI	2.933.402
---------------------	------------------

ANEXO

CARTOGRAFIA